AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 40 | Nº 04 | ABRIL 2020 | R$ 15,00



PANDEMIA DE COVID-19

PRESERVAR A SAÚDE E O ABASTECIMENTO

FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

USO DAS TERRAS O BRASIL É UM DOS QUE MAIS PRESERVAM ÁREA NATIVA NO MUNDO

ALGODÃO SAFRA 2019/20 DEVE SER DE LUCRO

ENTREVISTA PRESIDENTE DA EMBRAPA OLHA PARA O FUTURO DA ENTIDADE



Elizana Baldissera Paranhos (Gija)
Brasil

"Nós temos essa capacidade de ser o grande fornecedor de alimentos do mundo, sendo sustentável, com responsabilidade".

#EuFaçoOFuturo

Servir. Esse é o nosso propósito.

Trabalhamos para que a agricultura não pare de crescer e o agricultor possa fazer o seu trabalho com tranquilidade e eficiência.

Assim, cada um faz o seu melhor e juntos vamos construir um mundo melhor.

jacto.com JACTO CONSÓRCIO NACIONAL

jacto | SERVINDO A QUEM FAZ O FUTURO.

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas,
José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Luiz Carlos Duque
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cecília Fagan, Teresa Cristina Vendramini, Marcello Brito, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.agroanalysis.com.br
e nos acompanhe nas redes sociais.

Instagram: /fgvagro
Facebook: /fgvagro
Twitter: @fgvagroanalysis
YouTube: FGV Agro

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

MUDANÇA DE ROTINA COM O CORONAVÍRUS

A IMENSA maioria dos adultos de hoje não viveu os horrores da Segunda Guerra Mundial. Por isso, a doença COVID-19 é a pior coisa que nos aconteceu desde que nascemos. O novo coronavírus tem transmissão muito rápida, atingindo o mundo inteiro em pouco tempo. Aparentemente, a sua letalidade não é muito grande, o que, talvez, seja o seu único fator menos negativo. Por essa razão, nesta edição, a ***Agroanalysis*** dá atenção especial para esse assunto tão preocupante, trazendo diversos artigos com foco nos efeitos da pandemia sobre o agronegócio brasileiro. Existe, também, o esforço para fazer a revista chegar rapidamente ao público leitor, e, por isso, a edição será distribuída no formato digital para todos os colaboradores e clientes.

Nesse cenário de pandemia, a primeira obrigação do governo é cuidar da saúde da população, mesmo que, para isso, sejam tomadas algumas medidas duras, como a quarentena. Mas pensar a economia também é fundamental, pois muitos e muitos perderão seus pequenos negócios e seus empregos. A imprensa tem falado à exaustão sobre a necessidade de aumentar os gastos públicos para minorar o desespero daqueles que perderão seus negócios e seus empregos. O Congresso e o Executivo têm trabalhado nesse sentido, mas o que está sendo muito pouco comentado é a necessidade de garantir o abastecimento.

Muitos governadores e prefeitos têm tomado medidas de forma descoordenada. Fechar uma cidade, por exemplo, pode significar prejuízo ao abastecimento. Imagine, por exemplo, se a cadeia leiteira parasse por quinze dias. Há total necessidade de isolamento, mas com uma quarentena adequadamente planejada para que o abastecimento não seja interrompido de maneira alguma. Quando falamos em abastecimento, referimo-nos ao sentido mais amplo, como logística em geral e andamento das safras. A safra de cana está para começar e não pode ser interrompida. Os caminhoneiros têm de encontrar postos, comida e borracharia pelas estradas. Os trabalhadores que tocam essas indústrias e esses serviços não podem ficar em casa. Repetimos, é necessário haver isolamento para a preservação da saúde, mas ele tem de ser planejado e coordenado para que não haja desabastecimento. Este pode agravar o problema da saúde e, ainda, gerar caos. Difícil fazer dessa forma? Sim, e muito! Mas a direção tem de ser essa.

Para os produtores rurais, a ***Agroanalysis*** tem repetido: com esse dólar, é aconselhado que façam a venda da produção, e a compra de insumos deve ser postergada se possível. Essa crise vai passar entre 45 e 90 dias, e, assim, o dólar não deve ficar no nível atual. O único insumo com preço razoável é o óleo diesel, pois o preço do petróleo despencou – mesmo com o dólar alto, pode valer a pena a compra em grande escala. Deve-se dar muita atenção, também, aos bancos, pois é bastante provável que haja prorrogação de dívidas, principalmente aquelas originadas de recursos públicos.

Nenhum setor da economia deverá passar ileso por essa pandemia, contudo a produção agropecuária deverá sentir de forma mais tênue os impactos dessa crise. O maior risco estará relacionado a problemas logísticos – como já mencionado –, interrupções nas atividades agroindustriais e menor demanda por fibras, borracha, biocombustíveis, têxteis, papel e celulose etc.

Se olharmos especificamente para a produção de algodão, considerando os preços médios da temporada atual e o fato de a maior parte da produção já ter sido comercializada, o resultado final do produtor deve ser ter lucro. Para o produtor que ainda não vendeu a produção, o resultado poderá ser muito diferente em vista dos efeitos provocados pela pandemia de COVID-19.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) atualizou o seu

estudo sobre o monitoramento de cobertura e uso da terra do Brasil. No período entre 2016 e 2018, as áreas agrícolas cresceram apenas 3%. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a produção de grãos cresceu mais de 20% no mesmo período. Olhando para o retrato da ocupação das terras brasileiras em 2018, é possível afirmar que poucos países do mundo, além do Brasil, são capazes de conciliar uma grande produção agropecuária e tantas práticas comprometidas com a preservação do meio ambiente. O total de áreas de vegetação protegidas e conservadas equivale a 66,3% do nosso território.

Na entrevista do mês, tem-se o depoimento de Celso Luiz Moretti, empossado no final do ano passado na presidência da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Os primeiros desafios passam pela descentralização das atividades da empresa, conferindo mais liberdade para os centros de pesquisa focarem em atividades que atendam as demandas locais, sem deixar de olhar para as tecnologias futuras. Existe a proposta de internacionalizar as tecnologias desenvolvidas para o cinturão tropical, o que abre espaço para parcerias de negócio com países africanos e asiáticos.

A reunião conjunta dos Conselhos Superiores do Agronegócio (Cosag), da Infraestrutura (Coinfra) e da Indústria da Construção (Consic), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), trouxe à tona um assunto de real importância para o agronegócio: o desenvolvimento da infraestrutura do País. O ministro Tarcísio Gomes de Freitas apresentou os planos futuros e em execução para reequilibrar a matriz nacional de transporte. Os projetos tenderão a ganhar mais sustentação do ponto de vista de atração de investidores daqui a alguns anos. Os contratos estão sendo elaborados de forma a amenizar o risco cambial de empreendimentos de alto custo e longo tempo de maturação. ■

LEIA A *AGROANALYSIS* NA INTERNET E NOS ACOMPANHE NAS REDES SOCIAIS.

INSTAGRAM: /FGVAGRO
FACEBOOK: /FGVAGRO
TWITTER: @FGVAGROANALYSIS
YOUTUBE: FGV AGRO

WWW.AGROANALYSIS.COM.BR



SUMÁRIO

04 EDITORIAL

07 CAPA ENTREVISTA
CELSO LUIZ MORETTI
MAIS OFERTA DE SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS

10 FRASES & COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
ECONOMIA NA UTI

13 AGRODROPS

16 MERCADO & NEGÓCIOS

16 CAPA A PANDEMIA DE COVID-19 SERÁ A CRISE QUE MARCARÁ A GERAÇÃO ATUAL?

19 CAPA COM A MAIOR PARTE DA PRODUÇÃO VENDIDA, PRODUTOR DE ALGODÃO DEVE TER LUCRO

21 COMO SUPERAR A CRISE QUE ESTÁ POR VIR

23 AGTECHS INOVAM NO AGRO

25 CAPA O BRASIL ESTÁ ENTRE OS PAÍSES QUE MAIS PRESERVAM ÁREA

28 ESPAÇO PARA A AVIAÇÃO AGRÍCOLA

32 POLÍTICA AGRÍCOLA

32 TRIBUTAÇÃO DIFERENCIADA PARA O AGRONEGÓCIO

33 GESTÃO

33 A IMPORTÂNCIA DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS PARA A PRODUÇÃO AGRÍCOLA

34 O COOPERATIVISMO CONTRIBUI EM SITUAÇÕES DE CRISE

38

REUNIÃO DO COSAG, DO COINFRA E DO CONSIC
DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA NACIONAL

30 ANUFOOD
O SUCESSO DA 2ª EDIÇÃO DA ANUFOOD BRAZIL

36 CORTEVA
BIOTECNOLOGIA NA AGRICULTURA

44 FAESP
REGULAMENTAÇÃO DO PRA NO ESTADO DE SÃO PAULO

45 CROPLIFE
A FORÇA DO AGRO BRASILEIRO PARA ENFRENTAR O CORONAVÍRUS

46 DIÁRIO DE BORDO
DEFINIÇÕES

48 PRODUZIR
INTERFERÊNCIA NO AGRO DEVERIA RESPEITAR CRITÉRIOS TÉCNICOS

49 OPINIÃO
O AGRO E A PANDEMIA GLOBAL

50 REFLEXÃO
O AGRO EM UM HORIZONTE DE INCERTEZAS

MAIS OFERTA DE SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS

CELSO LUIZ MORETTI

Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Da Redação

O presidente da Embrapa fala da reestruturação administrativa da instituição, com o objetivo de aumentar a sua eficiência e aumentar o foco em pesquisas, da importância da comunicação, para que a sociedade perceba o esforço empreendido dentro da porteira da produção de alimentos, e da necessidade de fortalecer a agenda internacional para aproveitar os conhecimentos do País no agro tropical.

APÓS CINCO meses na interinidade, em dezembro do ano passado, foi confirmado na presidência da Embrapa o engenheiro-agrônomo Celso Luiz Moretti, especialista em engenharia de produção com ênfase em gestão empresarial.

AGROANALYSIS: COMO CUMPRIR A COBRANÇA PARA REPOTENCIALIZAR A EMBRAPA?

CELSO LUIZ MORETTI: O governo federal apontava a necessidade de integração entre as ações prioritárias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o setor produtivo, em especial a iniciativa privada. As mudanças na sede administrativa, em Brasília-DF, buscam agilizar os processos transversais, a redução de cargos comissionados e o aumento da eficiência. Como precisamos reduzir a dependência do Tesouro Nacional, aumentamos a captação de recursos e os fundos para financiamento da pesquisa. Trouxemos resultados positivos ao aumentarmos quase quatro vezes o número de projetos com o setor privado, chegando a quase 20% da nossa carteira.

Promovemos mudanças na direção dos centros de pesquisa em todo o território nacional. Selecionamos quatro novos gestores, e outras vinte seleções estão previstas. Dos então dezesseis escritórios existentes, fechamos quatorze. Apenas no gasto com cargos comissionados, economizamos R$ 5,4 milhões. Na agenda dos centros de pesquisa, daremos mais foco e autonomia. Queremos oferecer soluções mais sustentáveis e competitivas para o agro brasileiro. Esperamos avançar num conjunto de ações já colocadas em andamento.

É POSSÍVEL MANTER O FÔLEGO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA?

CLM: Trabalhamos com 34 grandes temas de pesquisa em 43 centros de pesquisa. São 2.300 pesquisadores e 850 projetos em andamento. Além dos



JORGE DUARTE

recursos do Tesouro Nacional, buscamos financiamentos nas fontes públicas e privadas, nacionais e internacionais. Precisamos sempre dar fôlego à pesquisa agropecuária, pois necessitamos acompanhar as tendências e as demandas mundiais do agro.

Diagnosticamos as tendências existentes e definimos um conjunto de prioridades para 2020. Sumarizamos em quatro grandes temas estratégicos: primeiro, a edição dos genomas de plantas com a utilização das tesouras biotecnológicas; segundo, a agricultura digital, de olho na chegada de veículos autônomos no mundo do agro 5.0; terceiro, a intensificação sustentável por meio dos sistemas de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF); e, quarto, a bioeconomia, com a sua base biológica em crescimento a passos largos, com excelentes oportunidades para o Brasil.

PARA FICAR NA VANGUARDA, CABE CAPACIDADE DE ADPTAÇÃO E REINVENÇÃO?

CLM: A mudança e a capacidade de antecipação fazem parte da tônica de atuação das instituições de ciência e tecnologia. Para nos adequarmos a esses cenários, definimos uma estratégia clara de gestão no nosso programa de pesquisa e desenvolvimento. Movemo-nos para estar ao redor de 40% com projetos conectados à solução de problemas imediatos do agro. Os 60% restantes são de indução tecnológica, com base nas demandas presentes difusas e na solução de problemas futuros, mesmo que eles não aflijam o produtor.

O nosso trabalho passa pela capacidade de enxergar problemas e propor soluções dos cenários e das tendências ainda não perceptíveis para a sociedade. São propostas tecnológicas para fazer a diferença no futuro próximo. Cabe antever em vez de reagir. A partir de uma rede de observatórios, ancorada no Agropensa, prospectamos insumos para ajudar os pesquisadores a vislumbrarem ameaças e oportunidades. Para prepararmos o agro para as mudanças, devemos moldar-nos às novas realidades, com revisão de conceitos. Temos de desenvolver essa capacidade, sob pena de perecermos se não o fizermos.

CORTES DE ORÇAMENTO PODEM PARALISAR AS ENTREGAS DA PESQUISA?

CLM: Felizmente, o MAPA e o Congresso Nacional compreendem a importância da manutenção do orçamento para a pesquisa pública. Como parte da estratégia de revisão do modelo de operação, colocamos em prática o Programa de Demissão Incentivada (PDI). Isso ajudou a enxugar a folha de pagamentos. O plano foi gestado em 2019. Tivemos uma boa adesão: conseguimos 1.300 inscritos, número elevado para uma meta de 1.100 empregados.

Desta maneira, mantivemos o mesmo o orçamento de 2019 para 2020. São R$ 3,7 bilhões. Só neste ano, economizaremos R$ 270 milhões com a folha de pagamentos. Por meio de negociação com o MAPA e o Ministério da Economia, esperamos que esse valor possa ser investido em pesquisa num futuro muito próximo. Por todo esse avanço, conseguimos manter a nossa programação sem risco de afetar as entregas dos nossos projetos de pesquisa.

“PARA PREPARARMOS O AGRO PARA AS MUDANÇAS, DEVEMOS MOLDAR-NOS ÀS NOVAS REALIDADES, COM REVISÃO DE CONCEITOS.”

O VALOR DO NOSSO BANCO DE GERMOPLASMA PODERÁ SUPERAR A RIQUEZA GUARDADA NO BANCO CENTRAL.

PARCERIAS COM O SETOR PRIVADO PODEM BENEFICIAR A PRODUÇÃO CIENTÍFICA?

CLM: Sentimos aspectos positivos com a presença de dois representantes do setor privado no Conselho Nacional de Secretários da Administração (CONSAD). O empresário Pedro de Camargo Neto, vice-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), já assumiu uma cadeira no Conselho. Em breve, irá outro profissional. Adicionalmente, está em estudo a indicação de profissionais de fora do quadro da Embrapa para comporem a Diretoria Executiva. Como dissemos, com a implantação de uma série de mudanças feitas nos dois últimos anos na gestão, o número de projetos de inovação aberta aumentou. Esses resultados demonstram que estamos no caminho certo para ter a Embrapa mais próxima da área produtiva.

O BANCO GENÉTICO DA EMBRAPA SIMBOLIZA MESMO A ARCA DE NOÉ?

CLM: A importância do Banco Genético da Embrapa vai além de um local para armazenamento de amostras

> **“AINDA TEMOS UM CAMINHO LONGO A PERCORRER, MAS NECESSITAMOS VALORIZAR A CAMINHADA JÁ PERCORRIDA.”**

de sementes. Trata-se de um acervo com valor inestimável. Para as pessoas terem noção da ordem de grandeza, em termos de comparação, o seu valor poderá ser superior ao montante de riqueza guardado no Banco Central. Lá, buscaremos a variabilidade genética para enfrentar pragas e doenças devastadoras da agropecuária quando os pesticidas ou os medicamentos veterinários deixarem de funcionar. Um único microrganismo pode causar grandes prejuízos. No caso do fungo causador de ferrugem da soja, os prejuízos anuais para o agro são da ordem de US$ 3 bilhões.

Adicionalmente, buscaremos no Banco Genético, também, os genes de adaptação à seca, tendo em vista o cenário de mudanças climáticas já experimentado em várias partes do mundo. São cerca de 130 mil amostras só em sementes, além de microrganismos, sêmen e embriões de animais. É o maior banco de recursos genéticos da América Latina e o quinto maior do mundo. Essa coleção serve, prioritariamente, para a conservação do material dos bancos ativos de outras Unidades Descentralizadas da Embrapa. Esse patrimônio é uma questão de segurança nacional para o Brasil.

EXISTE A INTENÇÃO DE RETOMAR A PRESENÇA NO CONTINENTE AFRICANO?

CLM: Consideramos um erro estratégico a interrupção do desenvolvimento de projetos na África. Não devíamos ter saído desse continente. O fato é que não dá para retomar o que parou, mas precisamos considerar que 60% das terras agricultáveis estão lá: 400 milhões de hectares de savanas. É um espaço enorme, com um potencial de alto valor. Uma prova disso está no interesse despertado para os chineses, muito presentes em vários países, com investimentos de US$ 22 bilhões na região.

Como também fazem investimentos no Sudão, na Nigéria e em Gana, os Emirados Árabes Unidos representam uma boa possibilidade de parceria para a Embrapa. Pensamos numa cooperação triangular, com benefícios significativos para o setor privado brasileiro. O continente africano fica no meio do caminho para vários países se tornarem nossos parceiros. O Sudeste Asiático e a China também estão no radar de futuras cooperações, pois poderão ser pontas de lança para empresas brasileiras. Recentemente, recebemos a delegação de Angola e estamos com agenda em Maputo (Moçambique) e Lusaka (Zâmbia). Essas ações têm o apoio do MAPA, porque representam uma abertura de oportunidades para o agro nacional.

FORTALECER A AGENDA INTERNACIONAL FAZ PARTE DOS PLANOS?

CLM: Empenhamo-nos para identificar novas oportunidades de cooperação e captação de recursos. Estamos abertos para firmar novos acordos de parcerias. Há um potencial significativo em países com interesses comuns. Estivemos nos Emirados Árabes Unidos, onde grande parte dos produtos consumidos é importada, algo em torno de 90%. Por isso, as autoridades locais possuem muita preocupação com a questão da segurança alimentar. Trata-se de uma situação bem diferente do Brasil, cuja produção supera em sete vezes o seu consumo. Ninguém no mundo possui tecnologia para produzir alimentos, fibras e energia na faixa tropical.

Na nossa estada, visitamos órgãos do governo e de empresas privadas. Colhemos uma proposta de parceria para transferirmos tecnologia com a abertura de portas para o setor privado brasileiro. Existem oportunidades de cooperação tanto na indústria de máquinas e equipamentos, como em genética animal e vegetal. Podemos vender sementes de forrageiras e sêmen de girolando. O Sudeste Asiático faz parte do nosso radar. Até 2030, metade da classe média mundial estará no Oriente Médio. Países como a Malásia possuem temperatura média próxima à da nossa região Norte.

HÁ RUÍDOS NO PROCESSO DE COMUNICAÇÃO DO AGRO COM A SOCIEDADE?

CLM: Nem sempre a sociedade percebe o esforço empreendido dentro da porteira da produção. Em menos de cinco décadas, o País deixou de ser importador de alimentos para se tornar um dos maiores exportadores do mundo. Todas as oportunidades são ótimas para falarmos às pessoas dos mundos urbano e rural sobre o fato de o Brasil ser um dos maiores produtores globais de alimentos, fibras e bioenergia. E fazemos isso de forma sustentável, com uma agricultura movida a ciência.

Depois da Lei nº 12.651/12 – o novo Código Florestal –, os produtores rurais contribuem com a preservação de um quarto do território brasileiro. Isso não ocorre em nenhum outro país. Gozamos de uma grande oportunidade para fazer essa comunicação de forma maior e melhor, seja dentro ou fora do Brasil. Nas nossas viagens, procuramos divulgar a competitividade e a sustentabilidade da agricultura tropical brasileira. Ainda temos um caminho longo a percorrer, mas necessitamos valorizar a caminhada já percorrida. ■

FRASES & COMENTÁRIOS


JULIANA PEREIRA

O agravamento da pandemia de COVID-19 coloca em risco a segurança alimentar da população. Toda decisão deve ser no sentido de garantir a oferta adequada dos produtos alimentares com qualidade.”

“As autoridades devem envidar os esforços possíveis para a manutenção do funcionamento das estruturas logísticas portuária, rodoviária e ferroviária, a fim de garantir o abastecimento interno e as exportações.”

MARCELLO BRITO, presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

“A MP do Agro, aprovada pela Câmara e pelo Senado, muda a página do crédito rural brasileiro ao ampliar o acesso do produtor ao financiamento, expandir os recursos e reduzir as taxas de juros.”

TEREZA CRISTINA, ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), sobre a Medida Provisória (MP) nº 897/19

“O projeto traz inovações no financiamento agrícola, como o Fundo Garantidor Solidário (FGS), que pode ser oferecido como garantia à rede bancária para a quitação de dívidas do crédito rural.”

LUÍS CARLOS HEINZE, senador (PP-RS) e presidente da comissão mista que analisou a MP do Agro

“O patrimônio de afetação permite ao produtor oferecer uma parte do seu imóvel como garantia, mas este não pode pertencer a uma área de Reserva Legal ambiental, onde não é possível haver produção.”

ALCEU MOREIRA, deputado federal (MDB-RS) e presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)

“Nesta safra 2019/20, quando comparada à anterior, a participação da soja de Mato Grosso que utiliza o Porto de Miritituba (no Pará) deve subir de 18% para 25%.”

“Com 3,5 mil quilômetros, a BR-163 representa uma das principais vias que cortam o País de forma longitudinal. Possui uma ponte em Tenente Portela-RS e outra em Santarém-PA.”

ANTONIO GALVAN, presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja)

“A previsão da ABIOVE é de que a produção de biodiesel atinja 6,9 milhões de metros cúbicos em 2020 – um incremento de cerca de 17% em relação a 2019. Isso deve gerar uma movimentação financeira da ordem de R$ 20 bilhões.”

ANDRÉ NASSAR, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE)

“Um comunicado oficial da Administração Geral de Aduana da China, órgão responsável pelas sanidades vegetal e animal do país, autorizou a importação de melão do Brasil. Simbólico, o acordo trata do primeiro negócio com fruta entre as duas nações.”

“Exportamos em torno de 200 mil toneladas de melões por ano. A China consome metade da produção anual do mundo de 400 mil toneladas. Isso é o dobro da nossa exportação.”

LUIZ ROBERTO BARCELOS, presidente da Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados (Abrafrutas)

"O orçamento recorde do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) de 2020 será importante, porque o produtor está descapitalizado com os baixos preços praticados pela cafeicultura nos últimos anos."

"Devemos engajar-nos de forma mais efetiva para que a Organização Internacional do Café (OIC) tenha como foco o aumento do consumo e o desenvolvimento de mercados."

SILAS BRASILEIRO, presidente do Conselho Nacional do Café (CNC)

"As estimativas das exportações nacionais de grãos do Brasil se mantiveram inalteradas mesmo com as turbulências sofridas pelos mercados globais diante do coronavírus."

"As nossas projeções são embarques de 73 milhões a 74 milhões de toneladas de soja, além de 34 milhões a 35 milhões de toneladas de milho."

SÉRGIO MENDES, diretor-geral da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC)

"O Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio deverá recuar menos do que o PIB nacional. Precisamos ter calma e reflexão, sem acirrar ânimos entre os elos das cadeias produtivas."

PEDRO DE CAMARGO NETO, vice-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

"MRV [monitorar, relatar e verificar] é o instrumento que garante que as mitigações ou as emissões extras [de gases do efeito estufa] estão sendo cumpridas. A maior parte dos países que têm um MRV estruturado está atrelada ao mercado de carbono ou de taxação de carbono, uma forma mais direta de cobrar de quem emite demais."

"Protocolos de MRV podem ser usados, por exemplo, para acessar o Programa ABC (...) ou para conseguir financiamento privado por meio de *green bonds* (créditos verdes). Uma iniciativa nesse sentido é a Carne Carbono Neutro, uma parceria entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Marfrig que é utilizada para certificar fornecedores de frigoríficos mostrando o quanto deixaram de emitir."

BRUNO PEROSA, pesquisador do Observatório ABC da Fundação Getulio Vargas (FGV), em entrevista ao canal do FGV Agro no YouTube

"[Por meio do sensoriamento remoto,] você enxerga a anomalia causada por uma praga, inclusive, por exemplo, pragas de solo."

"A Embrapa está na frente da busca por um monitoramento remoto de baixo custo (...). Por exemplo, há um sensor 100% nacional em fase de protótipo que é menor do que os importados e não exige calibração de clorofila, o que custaria em torno de R$ 30 mil para realizar."

LUIZ EDUARDO VICENTE, pesquisador da Embrapa Meio Ambiente e especialista em sensoriamento remoto e recursos naturais, em entrevista ao canal do FGV Agro no YouTube

Assista as entrevistas completas no canal do FGV Agro no YouTube: www.youtube.com/fgvagro

ECONOMIA NA UTI

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

O CENÁRIO econômico global sofreu uma dura transformação ao longo do último mês e meio. Até então, as projeções apontavam para um crescimento econômico mundial da ordem de 3%. As indicações eram de que a economia chinesa iria dar continuidade à trajetória de desaceleração do ritmo de crescimento econômico, mas que apresentaria um crescimento superior a 5% em 2020. Esperava-se que a economia norte-americana seguisse uma trajetória similar, com uma diminuição no ritmo da atividade neste ano.

No caso brasileiro, o cenário mostrava-se um pouco mais favorável em relação ao do ano passado. Depois de a economia ter crescido cerca de 1% em 2019, projetava-se um crescimento próximo a 2% da economia brasileira neste ano.

A pandemia mudou esse quadro dramaticamente. Boa parte dos países ocidentais considerava que a disseminação do vírus era mais controlável e que teria um impacto moderado sobre a sociedade. A realidade dos fatos mostrou-se completamente diversa desse cenário. A disseminação do vírus mostrou-se muito menos controlável do que o esperado, levando ao colapso do sistema de saúde de países desenvolvidos. A alternativa mais efetiva encontrada foi a quarentena. Essa medida foi estabelecida em vários países como uma forma de diminuir a velocidade do contágio e evitar o colapso dos sistemas de saúde.

O efeito econômico colateral dessa medida é que a atividade econômica será duramente afetada. A quarentena implica a virtual parada da economia em vários setores, sendo poupados aqueles essenciais à população. Com isso, as vendas e a produção em diversos segmentos econômicos sofrerão duramente durante o período de isolamento.

Por conta disso, é razoável supor que a economia global entre em recessão neste ano. A dimensão dessa retração ficará condicionada ao grau relativo de duração da quarentena e da queda da renda nesse período. Quanto mais longa e maior a queda da renda, maior será a recessão e mais lenta será a recuperação da economia.

Não sem razão, os governos ao redor do mundo têm atuado no sentido de tentar evitar o pior nas economias. A dimensão dessa ação tem variado conforme a capacidade de cada governo de lidar com esse fenômeno e a percepção acerca da gravidade da pandemia e dos efeitos econômicos sobre os países em questão.

Alguns governos têm sido mais proativos em lidar com a questão, realizando estímulos pela via fiscal como forma de evitar uma queda mais acentuada da demanda e, por consequência, da produção.

Outros governos têm sido mais reticentes em promover esse tipo de ação mais ampla. No caso brasileiro, há uma espécie de descompasso interno em relação à percepção da gravidade da crise. Isso, em certo sentido, tem paralisado ações que poderiam ser mais efetivas no plano econômico.

Essa dinâmica pode ser percebida pelo fato de que parte do governo considera a quarentena inefetiva como forma de lidar com a pandemia, apontando que esse método traria danos econômicos de proporções elevadas, enquanto outra ala do governo aponta que a quarentena é o melhor instrumento para lidar com a pandemia no momento e evitar o colapso do sistema de saúde do País.

Essa dualidade de percepção tem levado a um conjunto de ações relativamente desconexas em alguns momentos e à ausência do estabelecimento de uma estratégia mais efetiva para o País. Essa estratégia coordenada teria que envolver, necessariamente, uma ação fiscal mais ousada e maiores gastos do governo.

Esse tipo de orientação teria que vir de cima para baixo no governo, uma vez que o próprio *mindset* do Ministério da Economia era voltado, até pouco tempo atrás, para consolidar o ajuste fiscal.

No entanto, essa é uma situação atípica, em que aquilo que está em jogo é muito mais do que um ajuste fiscal. Neste momento, em que o sacrifício imposto pela quarentena gerará custos em termos de emprego e renda, a prioridade é manter a economia minimamente pulsando. Nesse aspecto, o governo tem o papel fundamental de manter a demanda na economia minimamente ativa.

A volta à normalidade, daqui a alguns trimestres, permitirá que a temática do ajuste fiscal volte à pauta. Até lá, a prioridade é manter a economia do País viva. ■

TABELAMENTO DO FRETE RODOVIÁRIO

Uma reunião do Supremo Tribunal Federal (STF), conduzida pelo ministro Luiz Fux, busca conciliar a questão sobre o tabelamento do frete rodoviário. O objetivo consiste em evitar a iminência de uma nova paralisação, com outra greve nacional dos caminhoneiros, como ocorreu em maio de 2018. A proposta apresentada foi estabelecer um piso mínimo para o frete durante três anos. A partir daí, o mercado deixaria o preço regular-se de forma independente. As partes envolvidas pediram mais tempo para amadurecer a sugestão. Assim, uma nova reunião foi marcada para 27 de abril próximo, contudo isso pode se alterar dependendo da evolução da pandemia do novo coronavírus.

CANCELAMENTO DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março, declarou estado de pandemia a contaminação por COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Essa decisão, acatada imediatamente pelas autoridades governamentais, levou ao cancelamento dos eventos agropecuários do País para os próximos meses. Somente os doze maiores eventos do setor faturaram mais de R$ 10 bilhões em 2019, de acordo com especialistas. À medida que o surto da doença avança, fica cada vez mais improvável que se realizem tais eventos ainda neste primeiro semestre. Além das grandes feiras, o número de eventos suspensos chega perto de trezentos, entre as principais exposições agropecuárias, *workshops*, cerimônias, fóruns e ações pré-eventos.

EVOLUÇÃO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)

No Brasil, os principais riscos climáticos que limitam a produtividade das culturas agrícolas e causam perdas são o déficit hídrico, o excesso de chuvas, temperaturas elevadas e a geada e a chuva na época da colheita. Os estudos do ZARC contemplam mais de quarenta culturas de ciclo anual e perenes. Com o desenvolvimento de novas metodologias de avaliação de riscos, produtividade e resiliência agroclimática de sistemas de produção agrícola, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) busca construir um banco de dados agronômicos e agroclimáticos considerando as probabilidades das produtividades em diversas culturas agrícolas do País.

ANO INTERNACIONAL DA FITOSSANIDADE

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) estabeleceu 2020 como o Ano Internacional da Fitossanidade. Essa comemoração visa aumentar a importância dos impactos econômicos, sociais e ambientais da saúde das plantas sobre a segurança alimentar das populações. Também faz parte do seu objetivo compartilhar práticas para melhorar o ecossistema. Na visão geral, a iniciativa visa aumentar a conscientização sobre a importância da saúde das plantas para a resolução de questões de preocupação global, incluindo fome, pobreza e ameaças ao meio ambiente.

CHINA IMPORTA VOLUME RECORDE DE CARNES

A importação de carnes pela China, em milhões de toneladas, foi recorde em 2019 (5,9), bem acima do verificado nos triênios 2016-2017-2018 (4,1) e 2013-2014-2015 (2,5). O principal motivo foi a afluência massiva de consumidores domésticos por causa do déficit de proteína animal causado pela febre africana nos rebanhos suínos no país. A garantia do abastecimento interno representa uma ação prioritária entre as autoridades chinesas. O recente surto da pandemia do novo coronavírus dificulta a distribuição dos produtos alimentares.

CHINA: IMPORTAÇÃO DE CARNES
(TONELADAS)

PRODUTOS	2019	Var. % em relação a 2018
Bovino	1.660	+60%
Suíno*	3.011	+67%
Ovino	392	+23%
Frango*	795	+58%
Outros*	63	+7%
TOTAL	**5.921**	**+46%**

*Inclui subprodutos
Fonte: IHS Markit

RECURSOS PARA O SEGURO RURAL DE 2020

A execução do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) em 2019 foi superior em comparação à de 2018. Isso significou o cumprimento completo de todo o orçamento do Programa. A quantidade de produtores rurais beneficiados e o tamanho do valor segurado também cresceram. O grande desafio fica para o orçamento deste ano, no sentido de aplicar R$ 1 bilhão na subvenção federal ao prêmio do seguro rural, conforme solicitado pelo setor produtivo. Como não está na lista das despesas obrigatórias do Governo, fica em aberto o risco de os recursos sofrerem contingenciamentos.

RESULTADO DO PSR

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019
Número de apólices	66.438	63.240	95.288
Número de produtores	44.785	42.331	58.215
Subvenção (mil)	363.280	367.418	440.267
Orçamento aprovado (R$ milhões)	400,50	395,30	440,50
Capital segurado (R$ milhões)	12.011	12.508	20.145
Prêmio arrecadado (mil)	486.629	488.078	827.511
Área segurada (mil hectares)	4.757	4.640	6.638

Fonte: MAPA

COMA MAIS PEIXE

Para impulsionar o consumo de peixe no território nacional, de 3,5 quilos/habitante/ano, a Associação Brasileira da Piscicultura (PEIXE BR) lançou a campanha Coma Mais Peixe, iniciada em junho de 2019. Em menos de um ano, as ações já tiveram um alcance de mais de 10 milhões de pessoas. O foco é valorizar as qualidades nutricionais dos peixes de cultivo, como o tambaqui e a tilápia, em cuja produção o Brasil ocupa, respectivamente, o primeiro e o quarto postos no *ranking* mundial. Para 2020, o projeto deve contar com ações em campo, como degustação e presença em eventos.

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Para dar modernização e segurança à regularização fundiária no País, a Medida Provisória (MP) nº 910/19 busca beneficiar cerca de 300 mil famílias instaladas em terras da União há pelo menos cinco anos. A área média dos terrenos a serem regularizados é de 80 hectares. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) deverá utilizar ferramentas de georreferenciamento e sensoriamento remoto para concluir os processos de titulação. Para se ter mais eficiência na análise de documentos e rigor no cumprimento de normas fundiárias e ambientais, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) também será usado para auxiliar essa verificação. O tema foi objeto de audiência pública na comissão mista do Congresso Nacional que analisa o assunto.

CONCLUSÃO DA RODOVIA BR-163

Tendo a BR-163 sido aberta em outubro de 1976, o seu trecho asfaltado, de 1.500 quilômetros, entre Sorriso-MT e Santarém-PA foi completado no final de 2019. Com essa finalização, o escoamento da maior parte da soja e do milho do País ocorrerá pelo Porto de Miritituba (no Pará). Até agora, o preço do frete, por tonelada, foi reduzido de R$ 300,00 para R$ 200,00 na região. A circulação diária de caminhões deverá aumentar 30% para este ano em relação às 2.500 unidades de 2019. A demanda do setor produtivo passa, agora, a ser a construção de uma ferrovia paralela à BR-163, em estudo na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que poderá reduzir a tonelada do frete em mais R$ 50,00.

EXPORTAÇÃO DE SOJA PELOS ESTADOS UNIDOS

Nessas últimas duas safras, as exportações de soja dos Estados Unidos reduziram seus patamares por razões diferentes. Na temporada 2018/19, a guerra comercial com a China reduziu os embarques. Já na atual temporada (2019/20), excessos de chuvas prejudicaram de forma substancial o programa de plantio da oleaginosa. Muitas áreas previstas para a semeadura deixaram de ser plantadas e foram ocupadas com o cultivo mais tardio de milho. Com isso, a colheita teve uma quebra da ordem de 20%. Assim, os níveis nacionais de exportação somente deverão normalizar-se no segundo semestre, a depender dos efeitos da pandemia de COVID-19 na economia mundial.

ESTADOS UNIDOS: BALANÇO DA DISPONIBILIDADE DE SOJA

ITEM	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21*
Área colhida (milhões de hectares)	36,2	35,4	30,3	34,1
Produção (milhões de toneladas)	120,0	120,4	96,8	114,1
Exportação (milhões de toneladas)	58,0	47,5	49,6	55,7
Estoque final (milhões de toneladas)	**11,9**	**24,7**	**11,6**	**8,7**

*Estimativa
Fonte: USDA

MÁXIMA PRODUTIVIDADE DE SOJA

O Comitê Estratégico Soja Brasil (CESB) registrou número recorde de agricultores inscritos para a 12ª edição do Desafio Nacional de Máxima Produtividade de Soja (5.204), acima do ano passado (4.400). As maiores quantidades ocorreram no Sul (57%), seguido por Centro-Oeste (19%), Sudeste (14%), Nordeste (7%) e Norte (3%). As inscrições foram finalizadas em fevereiro. Cerca de 23 empresas participam do projeto. A revelação dos campeões do Desafio acontece em junho, durante o Fórum Nacional de Máxima Produtividade de Soja. Os *cases* dos produtores com as maiores marcas de produtividade são apresentados para elevar os patamares de produtividade nas próximas safras.



SHUTTERSTOCK

A PANDEMIA DE COVID-19 SERÁ A CRISE QUE MARCARÁ A GERAÇÃO ATUAL?

FELIPPE SERIGATI[1], ROBERTA POSSAMAI[2]

Neste momento, é consenso entre os economistas que a restrição de circulação imposta como medida para tentar conter a pandemia do novo coronavírus terá um impacto significativo nas economias. Infelizmente, não é possível prever qual será a intensidade desses impactos econômicos. No entanto, por diversos fatores, alguns segmentos do agronegócio deverão sofrer menos os impactos dessa crise.

ESTAMOS VIVENDO um momento muito triste, porém histórico. No mês de março, a epidemia de COVID-19, que teve origem na China, espalhou-se pelo mundo e se tornou uma pandemia. Há o temor de que várias vidas sejam perdidas. No esforço para tentar minimizar o número de óbitos, diversas nações, inclusive a sociedade brasileira, aceitaram reduzir drasticamente a circulação de pessoas, que passaram a permanecer o maior tempo possível na proteção de seus domicílios.

Naturalmente, essa decisão desaquecerá fortemente a economia. Ou seja, além dos monumentais desafios na área da saúde, essa pandemia também está trazendo um risco enorme de a economia mundial entrar em recessão. Infelizmente, não é possível prever qual será a intensidade dos impactos econômicos provocados pela COVID-19; dada a velocidade com que a situação tem se agravado, as projeções se tornaram grandes "chutes no escuro". Apesar disso, é possível identificar quais podem ser os canais pelos quais a pandemia poderá contaminar a economia, levando-a para uma recessão.

E O AGRONEGÓCIO? PASSARÁ ILESO?

Não. Ninguém deverá passar ileso por essa pandemia. Ainda assim, alguns segmentos do agronegócio deverão sentir de forma mais tênue os impactos dessa crise, pois a produção agropecuária:

- depende mais de ciclos biológicos do que de uma linha de produção;
- não é realizada em aglomerações ou ambientes fechados;
- não está localizada nos grandes centros;
- não deve sofrer diretamente com a restrição de circulação de pessoas; e
- a demanda por seus produtos será mantida, porém não mais em restaurantes, e sim diretamente nos domicílios.

Apesar disso, o setor pode ser adversamente afetado por problemas logísticos, interrupções nas atividades agroindustriais e menor demanda por fibras, borracha, biocombustíveis, têxteis, papel e celulose etc. Por fim, vale destacar que, embora, até o momento, não tenham sido observados impactos fortemente negativos nas exportações do setor, talvez os números fechados de março – que, no momento, ainda não estão disponíveis – já revertam esse cenário.

É fundamental que o abastecimento seja garantido. Precisa haver uma ação coordenada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Ministério da Fazenda para que a indústria de itens básicos não pare de trabalhar. Governadores e prefeitos não podem interferir nesse processo.

A ECONOMIA MUNDIAL JÁ NÃO ESTAVA BEM

Mesmo antes do início da pandemia, a economia mundial já apresentava sinais de fragilidade. Em 2019, o mundo registrou a sua menor taxa de crescimento (3,0%) desde 2009, no auge da crise de 2008. Esse limitado crescimento foi liderado pelos seguintes fatores:

- Um conflito comercial envolvendo os Estados Unidos e a China, desacelerando ambas as economias.
- A indústria da Zona do Euro, que, há tempos, não vinha bem, registrou contrações praticamente ao longo de todos os meses de 2019.
- Diversos desequilíbrios presentes no mercado financeiro ficaram ainda mais evidentes, principalmente quando o Banco Central dos Estados Unidos (Fed) teve que reverter o ciclo de alta da sua taxa de juros e ofertar liquidez para acalmar o mercado.

Diante dessa conjuntura, o aumento exponencial do número de casos

infectados com o novo coronavírus fez aumentar o apetite do mercado por liquidez (ou seja, pelos títulos da dívida norte-americana), levando a:

- uma forte apreciação do dólar frente às demais moedas;
- uma forte queda das bolsas pelo mundo; e
- a redução do valor de diversos ativos, dos *high yields* até os *single A*.

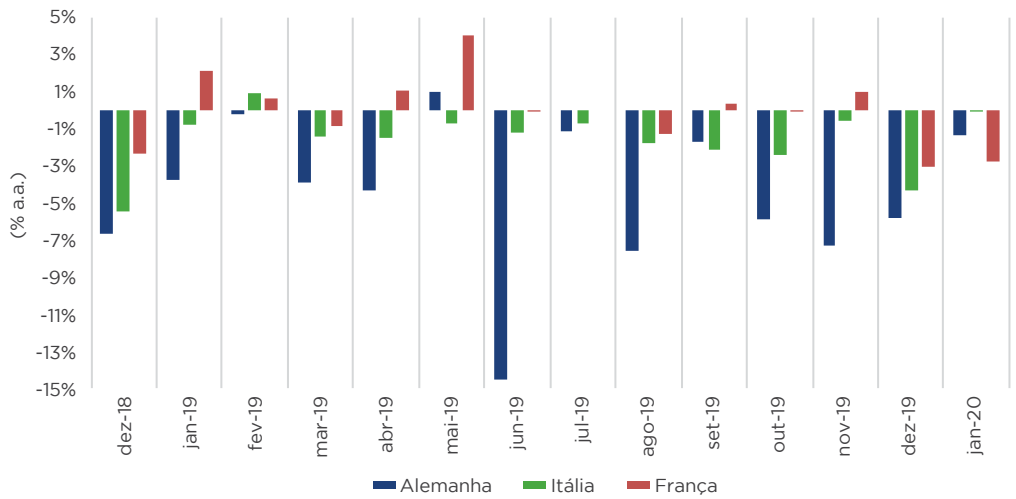
Em combinação ao atrito envolvendo a Rússia e a Arábia Saudita no mercado de petróleo, sobrou até mesmo para o ouro, tradicional reserva de valor, cuja cotação chegou a cair 9,5% nos primeiros quinze dias de março.

COMO A PANDEMIA DEVERÁ IMPACTAR A ECONOMIA BRASILEIRA?

A pandemia impactará a economia brasileira tanto por um choque externo, quanto por uma paralisia no mercado interno. Na tentativa de colocar números nesse cenário, o Centro de Estudos em Macroeconomia Aplicada da Fundação Getulio Vargas (CEMAP/FGV) estimou a reação da economia brasileira em 2020 se ela fosse atingida simultaneamente pela combinação de dois abalos: um choque externo, tal qual a crise de 2008, e uma interrupção do mercado interno, tal qual na greve dos caminhoneiros de 2018. O resultado indica uma contração de -4,4%, o que

PRODUÇÃO INDUSTRIAL DAS TRÊS PRINCIPAIS ECONOMIAS DA ZONA DO EURO

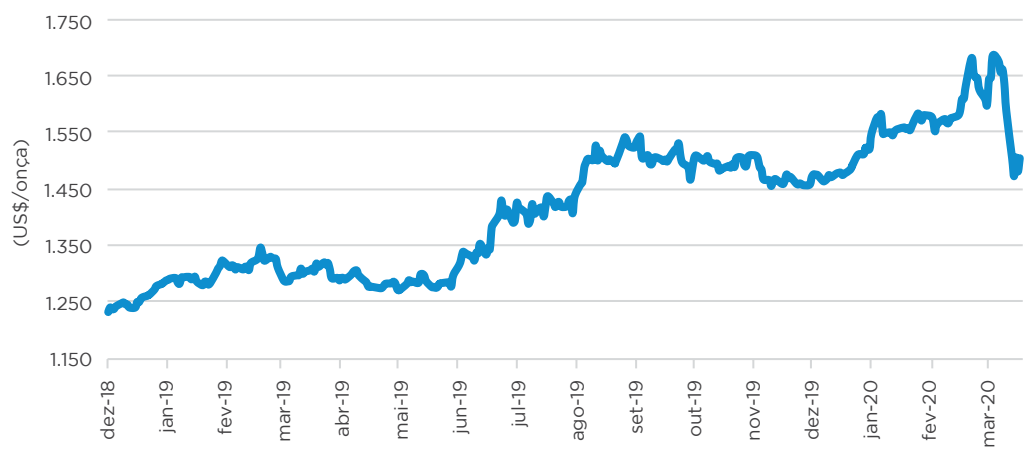
(% A.A.)



Fonte: Eurostat

PREÇO FIXADO PARA O OURO ÀS 10H30 DA MANHÃ NO LONDON BULLION MARKET

(US$/ONÇA)



Fonte: Fed

seria a maior queda histórica do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Infelizmente, não é possível evitar os impactos econômicos negativos dessa pandemia, porém as autoridades brasileiras já adotaram diversas medidas para tentar minimizá-los. Do lado monetário:

- Redução da taxa de juros de 4,25% a.a. para 3,75% a.a.;
- Expansão da oferta de crédito em R$ 75 bilhões via Caixa Econômica Federal;
- Redução do recolhimento compulsório, que deve liberar R$ 35 bilhões.

Do lado fiscal:

- Antecipação de pagamentos, como a primeira parcela do décimo terceiro salário dos aposentados;
- Postergação do recolhimento de tributos;
- Expansão de gastos focalizados, com especial destaque para a área da saúde e a transferência de renda;
- Intenção de dar sequência à agenda de reformas, principalmente nas propostas que flexibilizam ou reduzem a pressão sobre o orçamento público, como a PEC Emergencial, a PEC DDD e a reforma administrativa.

Apesar dessas medidas, muito em breve, novas ações serão necessárias, notadamente aquelas voltadas para socorrer as empresas e os setores mais atingidos, além das famílias mais vulneráveis. No entanto, há vários obstáculos:

- Qual é o tamanho da munição realmente disponível do lado fiscal? Quanto é possível mitigar os efeitos da pandemia sem condenar o Estado a uma falência?
- Como fazer esse socorro chegar ao setor informal, que será fortemente atingido?
- Como atender a pressão social que poderá surgir do "espólio" dessa pandemia?
- Como evitar que os limitados recursos disponíveis sejam alocados em setores ou atividades que passarão por mudanças estruturais e não voltarão a operar da mesma forma que antes da pandemia?
- Quais lideranças conseguirão realmente conduzir a sociedade brasileira para essa recuperação?

Enfim, certamente, estamos diante da crise que marcará a nossa geração. Vamos fazer o nosso melhor para reduzir os seus impactos hoje e construir um caminho de reconstrução para amanhã. ■

1 Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

2 Mestre em Economia Agrícola pela FGV-EESP e pesquisadora do FGV Agro – roberta.possamai@fgv.br

SHUTTERSTOCK



COM A MAIOR PARTE DA PRODUÇÃO VENDIDA, PRODUTOR DE ALGODÃO DEVE TER LUCRO

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO*

Considerando os preços médios da temporada atual e o fato de a maior parte da produção já ter sido comercializada, o produtor deve ter lucro de aproximadamente R$ 1.300 por hectare em Mato Grosso. Como as estimativas foram feitas com base nos preços médios da pluma, para o produtor que ainda não vendeu a produção, o resultado poderá ser muito diferente em vista dos efeitos provocados pelas medidas tomadas mundialmente para conter a pandemia de COVID-19.

ATÉ JUNHO, quando a colheita da segunda safra começa a ganhar força, espera-se que os estoques internos menores e o dólar valorizado sejam fatores de sustentação das cotações da pluma em reais. No entanto, como a demanda poderá ser prejudicada em função da pandemia do novo coronavírus, possíveis impactos poderão ocorrer sobre a comercialização.

Para a próxima temporada (2020/21), cuja safra de verão é semeada a partir de setembro/outubro e cuja safra de inverno é plantada em janeiro, a ocorrência de preços mais baixos e a tendência de queda nos resultados da produção de pluma de algodão são fatores importantes na intenção de plantio da cultura.

RESULTADO DA SAFRA 2019/20

A comercialização de pluma de algodão na safra 2019/20 avançou bem no primeiro trimestre de 2020, com a recuperação nos preços, em função do câmbio valorizado e da boa demanda para exportação.

Em Mato Grosso, até meados de março, 75,7% do volume previsto para 2019/20 foi negociado para entrega futura e, com relação à safra 2020/21, 27,6% da produção de pluma já foi vendida antecipadamente, segundo o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA).

Desde 2017/18, o lucro com a atividade apresenta encolhimento, em função da queda no preço de venda da pluma e do aumento nos custos de produção, mas, ainda assim, são esperados R$ 1.316,39 por hectare de lucro para o ciclo atual. Como as estimativas foram feitas com base nos preços médios da pluma na temporada em questão, o resultado poderá ser muito diferente em vista dos efeitos provocados pelas medidas tomadas mundialmente para conter a pandemia de COVID-19.



SHUTTERSTOCK

AVANÇO DA SAFRA

A semeadura do algodão da segunda safra 2019/20 foi concluída em janeiro, com previsão de que a colheita começará em junho. A área plantada com a cultura cresceu pelo terceiro ano consecutivo.

Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), no total (primeira e segunda safras), houve um incremento do plantio nas temporadas de 2017/18, 2018/19 e 2019/20 de, respectivamente, 25,1%, 37,8% e 3,3%, sempre em comparação ao período anterior.

Com um clima favorável e, consequentemente, a obtenção de boas produtividades, a produção de pluma de algodão teve um forte aumento nos últimos três anos. O rendimento médio das lavouras recuou somente na safra 2018/19, mas, ainda assim, o incremento na área compensou. Para o ciclo atual, está prevista uma produção de 2,85 milhões de toneladas de pluma. Essa quantidade, se concretizada, será recorde.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

O incremento na área semeada com algodão no Brasil deu-se em função dos preços recordes que a pluma atingiu no mercado brasileiro em 2017/18, devido ao câmbio (desvalorização do real frente ao dólar) e à demanda aquecida (interna e de exportação).

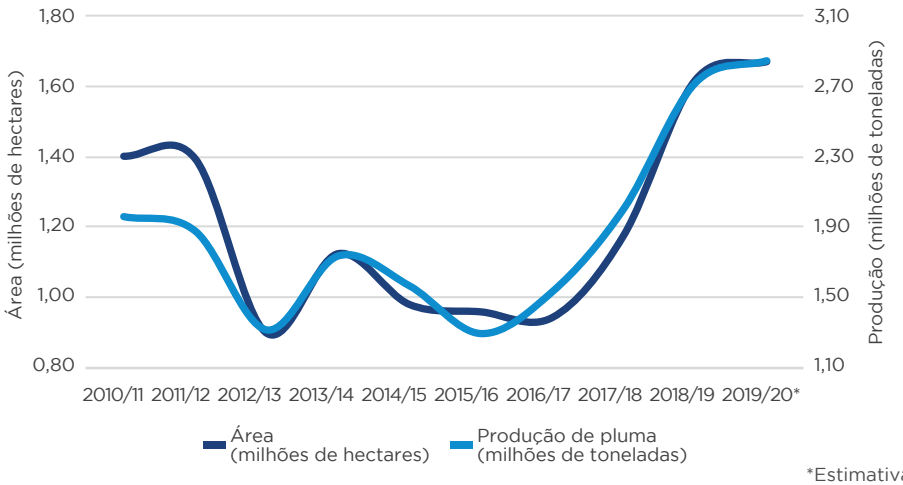
Segundo um levantamento da Scot Consultoria, a pluma chegou a ser negociada próximo de R$ 120,00 por arroba em Mato Grosso, em 2018, em valores nominais. De lá até o final do ano passado, o mercado recuou, e, depois de atingirem R$ 75,00 por arroba no final de 2019, os preços mostram recuperação em reais. No início de março, os negócios ocorreram por volta de R$ 90,00 por arroba no estado. Apesar da queda nos preços e nos patamares mais baixos da pluma no mercado interno em relação a 2018/19, os resultados são remuneradores para o agricultor. ■

MATO GROSSO: RESULTADOS ECONÔMICOS DO ALGODÃO

PARÂMETROS	2017/18	2018/19	2019/20
Custos operacionais de produção (R$/hectare)	8.036,69	8.592,71	9.088,24
Produtividade média (@/hectare)	114,4	116,2	115,8
Preços médios de venda (R$/@)	98,62	93,92	89,85
Receita (R$/hectare)	11.282,13	10.913,50	10.404,63
LUCRO (R$/HECTARE)	**3.245,44**	**2.320,79**	**1.316,39**

Fonte: Scot Consultoria; IMEA

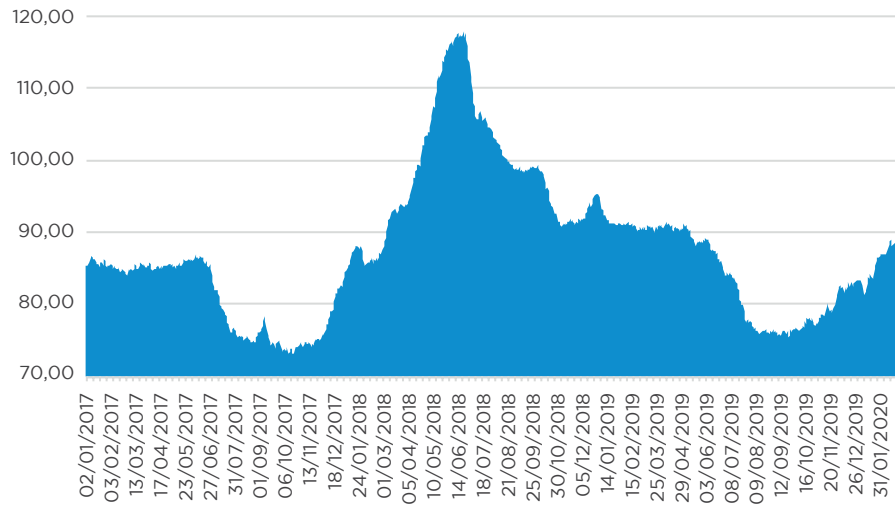
BRASIL: ÁREA SEMEADA COM ALGODÃO E PRODUÇÃO DE PLUMA DE ALGODÃO



*Estimativa
Fonte: Conab

MATO GROSSO: PREÇOS DA PLUMA DE ALGODÃO

(EM R$/@, A PRAZO DE OITO DIAS)



Fonte: Scot Consultoria

*Zootecnista da Scot Consultoria

COMO SUPERAR A CRISE QUE ESTÁ POR VIR

CICERO ZANETTI DE LIMA[1], TALITA PRISCILA PINTO[2]

Com a expectativa de redução do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e de seus principais parceiros comerciais como consequência da pandemia de COVID-19, o agronegócio brasileiro deve sofrer dificuldades tanto relacionadas à oferta de insumos de produção, quanto relacionadas à demanda dos seus produtos. A soma de todos os efeitos desencadeados pela pandemia pode provocar uma redução no nível de atividade econômica e emprego sem precedentes.

A SOMA de todos os efeitos desencadeados pela pandemia de COVID-19 pode provocar uma redução no nível de atividade econômica e emprego sem precedentes na história do Brasil. O agronegócio será impactado de diversas formas, interna e externamente. É difícil prever a magnitude desses impactos tanto para a nossa economia, quanto para o agro, mas é certo que dias cada vez mais difíceis estão por vir. Este é o momento de aprendermos com o nosso passado recente e desenvolvermos ferramentas eficazes para a manutenção do emprego e da renda. A diferenciação de impostos e taxas para pequenos empresários e a redução da jornada de trabalho e dos salários (desde que temporária) são algumas das possíveis medidas que caminham nessa direção. Ao mesmo tempo, é necessário fortalecer o sistema de proteção social, especialmente para os mais vulneráveis.

CONTEXTO RECENTE

O agronegócio brasileiro fechou o ano de 2019 com recorde de produção, resultado impulsionado pelas safras de algodão e milho. No total, foram 242,1 milhões de toneladas de grãos, um crescimento de 6,4% em comparação à safra anterior, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Já as exportações apresentaram uma redução de 4,3% em relação ao ano anterior, contudo o agronegócio aumentou a sua participação nas exportações totais do Brasil (42,3% para 43,2%).

Nem o maior dos pessimistas poderia imaginar todo o cenário que viria pela frente. Em 31 de dezembro de 2019, foi descoberta, na China, uma nova doença provocada pela contaminação de um novo coronavírus. Em 26 de fevereiro, o primeiro caso da doença denominada COVID-19 foi confirmado no território nacional, e, em 11 de março, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia de coronavírus – uma crise sanitária mundial sem precedentes.

Com mais de 2.000 pessoas infectadas no Brasil e milhões de pessoas em sistema de quarentena no momento do fechamento deste artigo, pergunta-se: quais serão os impactos desses eventos sobre a economia brasileira em geral e o agronegócio em especial? O que esperar das medidas do governo brasileiro? O que esperar do comportamento da economia mundial? Responder a essas perguntas não é tarefa fácil. Diversos choques estão atingindo ou atingirão a economia brasileira e o agronegócio.

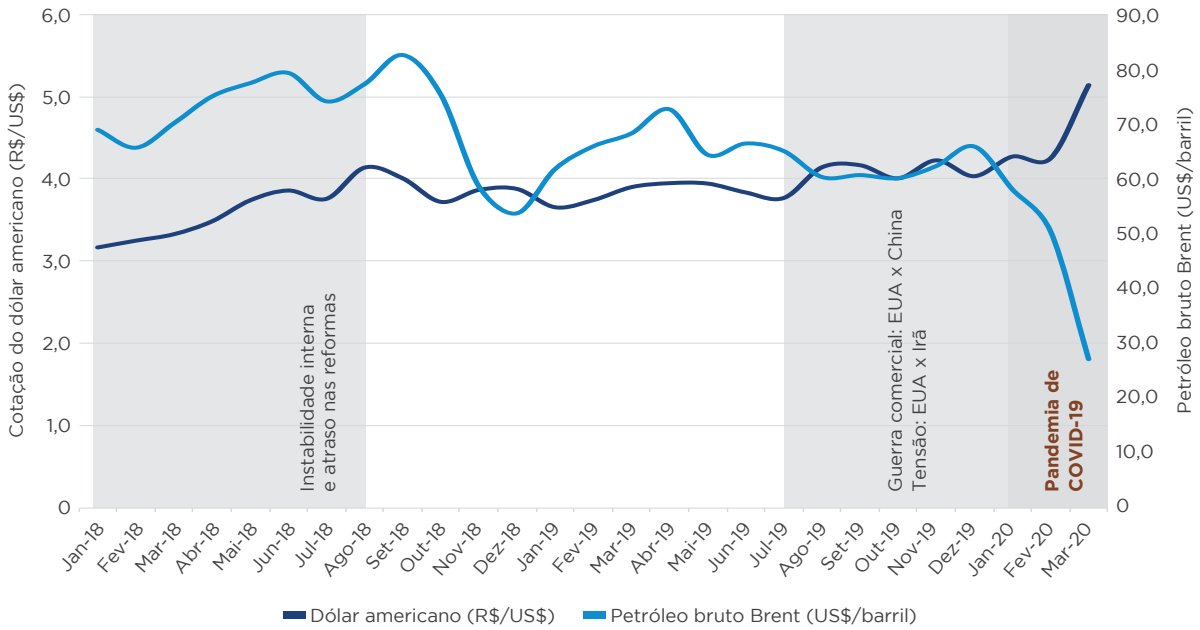
MERCADO INTERNO

Pela ótica do mercado doméstico, é o momento de aprendermos com o nosso passado recente. A greve dos caminhoneiros em meados de 2018 durou cerca de dez dias e paralisou diversos setores da economia, reduzindo significantemente o PIB daquele ano. Quais serão os efeitos de uma paralisação generalizada de todos os bens e serviços não essenciais por três ou quatro meses?

A expectativa de crescimento do PIB para 2020 já foi reduzida para 0,02% pelo governo federal. O sistema de quarentena força as pessoas – acertadamente, em benefício da saúde e da vida – a ficarem em casa. Entretanto, fica evidente que esse período reduzirá brutalmente a receita das empresas e das indústrias, o que pode implicar desemprego em massa. Além disso, trabalhadores informais também terão suas receitas negativamente afetadas.

O menor nível de emprego implica uma menor renda das famílias e uma menor

TAXA DE CÂMBIO: DÓLAR COMERCIAL (R$/US$) E VALOR DO ÓLEO BRUTO BRENT (US$)



Nota: série histórica até 23 de março de 2020
Fonte: BCB; INVESTING 2020

demanda de bens e serviços. Portanto, esse canal afetará diretamente a parcela do agronegócio que leva comida à mesa de todos os brasileiros. Quanto maior for o tempo para controlar a contaminação com o novo coronavírus, maior será o tamanho do impacto. É o momento de o governo federal lançar mão do sistema de proteção social – urbana e rural – desenvolvido nas últimas décadas e implementar mecanismos inteligentes de diferenciação dos impostos para pequenas empresas e indústrias, pois, assim, os níveis de salário e emprego serão preservados, o que é fundamental para quando a quarentena terminar.

MERCADO EXTERNO

Pelo lado externo, precisamos ficar atentos aos nossos principais parceiros comerciais. Nesse ponto, a interação dos efeitos é mais complexa e ainda mais incerta. Grande parte das importações do agronegócio – insumos de produção – vem do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e de países associados (45,2%), da União Europeia (UE – 20,6%), dos Estados Unidos (EUA – 9,8%) e da China (7,6%), segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O menor crescimento dessas economias, associado à desvalorização do real frente ao dólar americano, reduz a nossa capacidade de importação – seja pelo maior custo da importação ou pela redução da atividade econômica (oferta) do país parceiro. E esses efeitos afetam diretamente a produção e a produtividade da agricultura e das agroindústrias.

Por outro lado, cerca de 32% das exportações do agronegócio estão concentradas na China, 17,3% na UE, e 7,4% nos EUA, segundo o MAPA. O efeito da pandemia desacelerará o crescimento econômico desses países e blocos econômicos. A menor demanda internacional está pressionando para baixo os preços em dólar das *commodities*. Esses efeitos serão traduzidos em uma deterioração da balança comercial do agronegócio, a despeito do aumento da competitividade das *commodities* de exportação do Brasil via desvalorização da taxa de câmbio.

Além disso, o recuo de quase 60% do preço do petróleo implica uma deterioração dos termos de troca no Brasil. Segundo o governo federal, o índice proprietário de *commodities* (IC-SPE) já recuou mais de 20% desde o primeiro óbito em decorrência da COVID-19 confirmado na China, em 11 de janeiro. A redução no preço do petróleo diminui a competitividade da produção de etanol no Brasil, aumentando ainda mais os desafios para a implementação de políticas agroambientais como o RenovaBio. ■

1Pesquisador do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro) – cicero.lima@fgv.br

2Pesquisadora do FGV Agro – talita.pinto@fgv.br

AGTECHS INOVAM NO AGRO

CLEBER OLIVEIRA SOARES*

O projeto Radar AgTech Brasil 2019 trabalha na avaliação dos ecossistemas de inovação nas cadeias produtivas. São mais de 1.125 AgTechs (crescimento de mais de 100% em um ano) atuando antes, dentro e depois da porteira das propriedades rurais.

A AGRICULTURA brasileira representa uma das áreas mais vibrantes da economia e é propulsora do desenvolvimento de muitos territórios. A combinação do espírito empreendedor do produtor com novas tecnologias aplicadas aos sistemas de produção transformou o agronegócio brasileiro em potência mundial. Jovens com formações diversas movem essa dinâmica porque visualizam no campo oportunidades de negócio e uma crescente conexão com outras áreas do conhecimento.

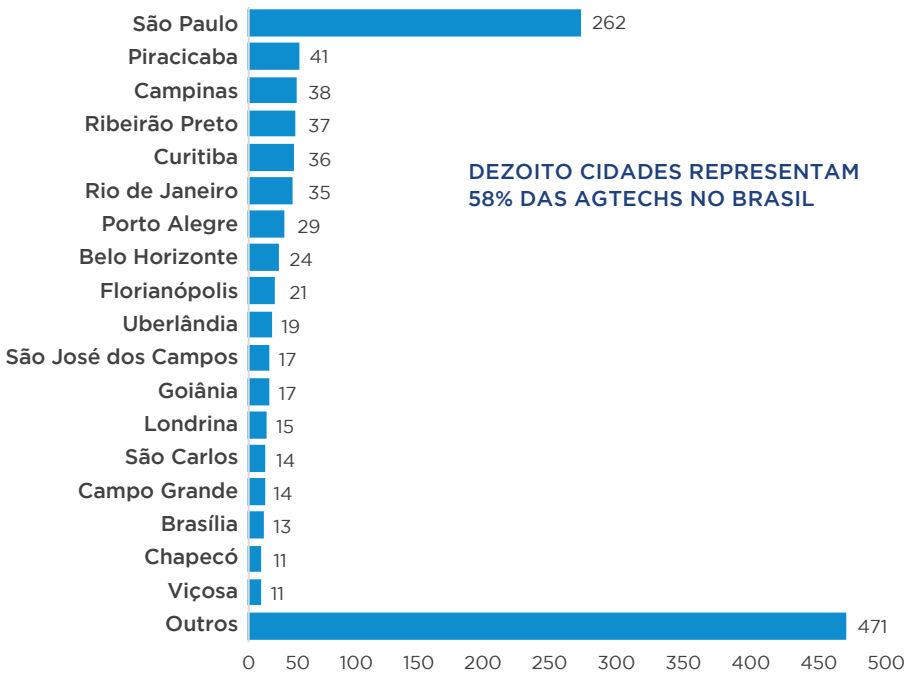
Empreender no agro vai muito além da visão tradicional quanto às atividades de dentro da porteira das propriedades agrícolas. O tempero dessa transformação advém de um modelo único de agricultura tropical, muito mais complexo e desafiador em comparação aos de outras partes do mundo. Esse modelo pode fazer do Brasil um grande exportador de alimentos e um importante *player* no mercado global de empresas com tecnologias agregadoras de valor.

Além de produzir alimentos, fibras, bioenergia e outras funcionalidades para a sociedade, com vantagem comparativa, a agropecuária brasileira guarda uma grande responsabilidade junto ao mundo: fornecer comida nutritiva para uma população crescente que chegará próximo de 10 bilhões até o final deste século.

No mundo contemporâneo, a agricultura precisará ser cada vez mais sustentável, efetiva e resiliente. As empresas nascentes baseadas no uso intensivo de tecnologias aplicadas ao agro serão o combustível para potencializar esse processo.

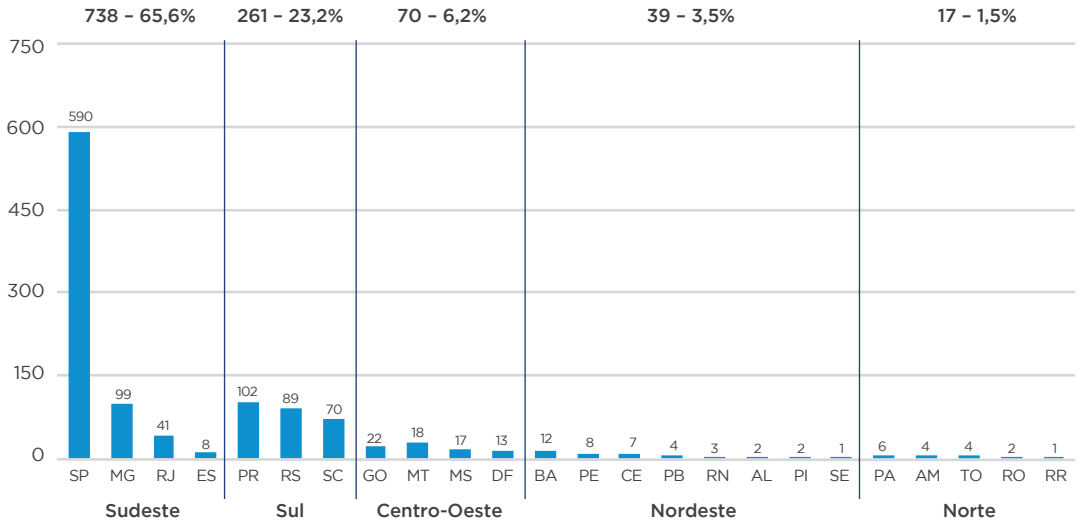
As estratégias da agricultura passam pela combinação entre o conhecimento científico e o empreendedorismo. Isso permitirá a incorporação de tecnologias habilitadoras, como as digitais, as biotecnológicas, as nanotecnológicas, as espaciais e as físicas, todas com papel crucial nesse cenário. São inúmeras as janelas de oportunidade para o País ser mais protagonista, dotado de capacidade científica e tecnológica para se posicionar como a grande nação inovadora em relação ao tema da sustentabilidade.

BRASIL: NÚMERO DE AGTECHS POR CIDADE



Fonte: Radar AgTech 2019

BRASIL: DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS AGTECHS



Fonte: Radar AgTech 2019

SALTOS DE INOVAÇÃO

Em plena ascensão, a nova onda de inovação tecnológica vem com forte capacidade mobilizadora de talentos. O projeto Radar AgTech Brasil 2019 revela o caráter dinâmico e evolutivo das *start-ups*, com um potencial sem precedentes para alavancar mais e mais o desenvolvimento agrícola sustentável. Esse estudo constitui um elemento-chave para a compreensão dos ecossistemas de inovação nas cadeias produtivas.

As *start-ups* inovadoras já somam 1.125 AgTechs, com crescimento de mais de 100% em um ano, atuando nos ambientes que antecedem a porteira, dentro da porteira e fora da porteira das propriedades rurais (o estudo pode ser encontrado em www.radaragtech.com.br).

Ao mesmo tempo em que sinaliza uma concentração e uma especialização, o trabalho demonstra um potencial inexplorado pela inovação no agro. Cerca de 90% dessas *start-ups* estão nas regiões Sul e Sudeste, com particular destaque para as cidades de São Paulo, Piracicaba e Campinas. Existe espaço para expansão com a mesma força em todos os cantos do País.

O estudo Radar AgTech Brasil 2019 faz parte desse momento efervescente proporcionado pela sinergia dos ecossistemas de inovação, com a união de *expertises* da SP Ventures, da Homo Ludens e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para a realização, o levantamento e o mapeamento dessas empresas nascentes.

PRIMEIRO UNICÓRNIO

Assistimos ao processo das *start-ups* virando empresas de porte médio, muitas sendo adquiridas por grandes corporações e outras tantas destacando-se no mercado. Há algumas disputadas por investidores e outras, como a Gira, com a capacidade de alavancar R$ 1 bilhão com faturamento em serviços. Diante de tanto movimento e capacidade de mobilização, não será surpresa esperar, em prazo curto, o surgimento do primeiro unicórnio do agro nacional.

Por meio de parcerias e alianças estratégicas com empresas jovens, dinâmicas e de alta capacidade de inovar, a Embrapa, tanto na agricultura, quanto em outros setores econômicos, dos quais podem vir importantes *insights,* fortalece-se como ator-chave para ampliar o impacto de novas tecnologias e viabilizar oportunidades para alavancar ainda mais o agro.

O empreendedorismo brasileiro evoluiu de forma rápida nos últimos anos, especialmente por meio de arrojados ambientes de inovação, que criam a conexão entre empresas privadas, *start-ups*, instituições de ciência, tecnologia e inovação, agências de fomento e gestoras de fundos de risco.

Trabalhamos pelo nascimento de um novo momento para o agro, fortalecendo um modelo original de empreender e trilhando caminhos para novos saltos tecnológicos. O resultado permitirá aumentar a eficiência e garantir a competitividade do agro brasileiro de forma sustentável. Os ambientes de inovação AgTech do setor agropecuário brasileiro são os melhores *loci* para se vivenciar a vibração dessa realidade. Nesse campo, há a semente para o agroempreendedor, por meio do qual a agricultura e a tecnologia criam rapidamente um futuro promissor, colocando o Brasil na vanguarda de inovação da nova economia mundial. ■

*Diretor executivo de Inovação e Tecnologia da Embrapa

O BRASIL ESTÁ ENTRE OS PAÍSES QUE MAIS PRESERVAM ÁREA

DA REDAÇÃO

A cada dois anos, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) atualiza o seu estudo sobre o monitoramento de cobertura e uso da terra do Brasil. O trabalho permite a análise do processo de ocupação e utilização da terra e das suas transformações.

O IBGE divulgou o estudo "Monitoramento da cobertura e uso da terra do Brasil: 2016-2018". Como metodologia de análise, são utilizadas imagens de satélite, cuja interpretação é cruzada com outros dados complementares.

No período entre 2016 e 2018, aproximadamente 1% do território brasileiro sofreu alguma mudança na cobertura e no uso da terra. As áreas agrícolas cresceram apenas 3% (apenas a produção de grãos cresceu mais de 20% no mesmo período, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab). Outro ponto que chama a atenção é o crescimento das áreas de silvicultura, que, entre 2000 e 2018, foi de cerca de 70%.

Olhando o retrato da ocupação das terras brasileiras em 2018, é possível afirmar que poucos países do mundo são capazes de conciliar uma grande produção agropecuária e tantas práticas comprometidas com a proteção e a preservação do meio ambiente. As áreas de uso agropecuário correspondem a 30,2% do território, enquanto o



SHUTTERSTOCK

total de áreas de vegetação protegidas e conservadas equivale a 66,3%.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL

Outro importante estudo realizado pelo IBGE é a pesquisa anual Produção Agrícola Municipal (PAM), que, com um levantamento anual das lavouras permanentes (38 culturas) e temporárias (33 culturas), serve de base para analisar a agricultura brasileira.

Considerando os dados de 2018 (mais atuais) quanto ao uso da terra, nota-se uma evolução da área plantada, seja das lavouras temporárias, seja das permanentes, entre 2009 (65,7 milhões de hectares) e 2018 (78,5 milhões de hectares). O aumento da área ocorreu nas lavouras temporárias (de 59,4 milhões para 73,2 milhões de hectares), enquanto houve redução nas permanentes (de 6,3 milhões para 5,3 milhões de hectares). Como não leva em conta a prática de dois ou três ciclos de produção na mesma área, a área ocupada com as lavouras temporárias tem ficado abaixo daquela indicada.

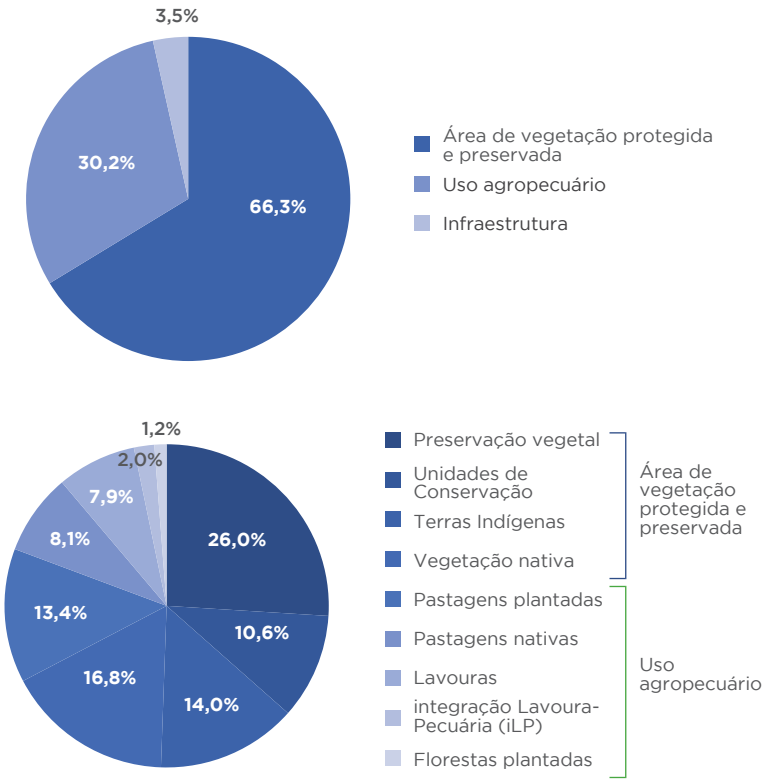
IMPACTOS SOBRE A PRODUÇÃO

Na análise do Valor Bruto da Produção (VBP) agrícola, 74% estão concentrados em cinco culturas: soja (37%), cana-de-açúcar (15%), milho (11%), café (7%) e algodão (4%).

Tomando-se como base o ano de início do Plano Peal, a soja manteve-se, de 1994 a 2018, no topo do *ranking* do VBP, com exceção de 1996, quando a cana-de-açúcar ocupou a primeira posição. Em valores nominais, o aumento do VBP foi maior na soja (3.222%), no milho (1.112%) e na cana-de-açúcar (540%) nesses 25 anos.

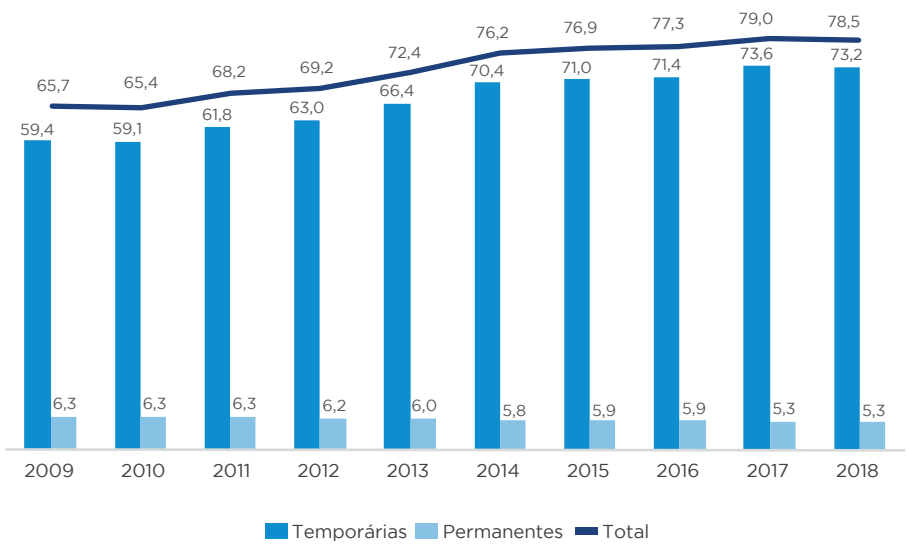
Em 2018, a área plantada ficou concentrada na soja (38,4%), na cana-de-açúcar (16,5%) e no milho (10,0%). Essa

BRASIL: USO E OCUPAÇÃO DAS TERRAS EM 2018



Fonte: SFB; Embrapa; IBGE; MMA; Funai; DNIT; ANA; MPOG

BRASIL: USO DA TERRA PELAS LAVOURAS
(MILHÕES DE HECTARES)



Fonte: IBGE

área de soja correspondeu a 4,1% do território nacional. Já a liderança no VBP coube ao estado de São Paulo (15,5%), na frente de Mato Grosso (14,6%), Paraná (12,0%), Rio Grande do Sul (11,4%) e Minas Gerais (10,2%).

A supersafra de grãos 2016/17 não foi superada em 2017/18, mesmo com os acréscimos na produção de algodão (29,0%), aveia (43,5%), soja (2,8%) e trigo (24,0%). O recuo na produção de milho (-16%), equivalente a 15,6 milhões de toneladas, causou um decréscimo no total produzido pelo grupo de grãos (-4,7%).

A disputa comercial entre os Estados Unidos e a China, iniciada em março de 2018, gerou consequências significativas. A soja, um dos principais produtos exportados pelos Estados Unidos para a China, passou a ser tarifada pelo governo desta. Em consequência, o mercado chinês recorreu a outras nações para complementar a demanda, com impacto positivo sobre a soja brasileira.

MAIORES ECONOMIAS AGRÍCOLAS

Entre os cinquenta municípios com maior VBP no País, apesar de a maioria estar em Mato Grosso (dezoito), o primeiro lugar pertence ao município baiano de São Desidério, com R$ 3,6 bilhões, sendo metade oriunda da soja.

Sapezal-MT manteve a sua posição como o segundo município produtor mais importante (VBP de R$ 3,3 bilhões), tendo como principal produto o algodão (VBP de R$ 1,8 bilhão).

Já Sorriso-MT baixou da primeira posição (2017) para a terceira (2018), com VBP de R$ 3,2 bilhões. O principal produto é a soja (2,2 milhões de toneladas e VBP de R$ 2,0 bilhões). O município também é o primeiro produtor de feijão e tem alta participação de milho.

Os vinte principais municípios produtores de soja, milho, feijão, cana-de-açúcar, café, algodão herbáceo, arroz, cacau e laranja representaram 59,0% do VBP nacional.

Os municípios que lideram o VBP de algodão, milho e soja no País apresentaram os maiores valores para o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* – o correspondente a mais de duas vezes a média nacional (R$ 31.833,50). Com PIB *per capita* elevado, destacam-se Sapezal (R$ 103 milhões) e Campos de Júlio-MT (R$ 190 milhões). Outros, como Nova Ubiratã-MT e Diamantino-MT, apresentaram PIBs *per capita* muito superiores à média nacional.

As regiões líderes no VBP de algodão, milho e soja também concentram a maior riqueza no campo. Num patamar abaixo, estão as áreas de cana-de-açúcar, feijão e laranja. Estas últimas regiões têm PIB *per capita* igual ou pouco acima da média nacional. As áreas de cana-de-açúcar estão numa posição acima das de feijão e laranja. Finalmente, as regiões com o mais baixo valor são as áreas de café e cacau, com 20% a 30% abaixo da média nacional. ■

DESTAQUES NA PRODUÇÃO NACIONAL EM 2018

Algodão: o Centro-Oeste foi o maior responsável (69,9%) – em especial, Mato Grosso (64,8 %) –, seguido pelo Nordeste (27,6%) – em especial, a Bahia (25,2%). Os dois principais municípios produtores foram Sapezal (15,3%) e São Desidério (10,4%). Quando olhamos os vinte principais municípios produtores do País, verificamos produtividades muito próximas, com uma variação entre 4.500 e 4.900 quilos por hectare.

Feijão: o Sul lidera (29,2%), à frente do Sudeste (27,7%) e do Centro-Oeste (22,1%). Mais da metade da produção está no Paraná (20,4%), em Minas Gerais (18,5%) e em Goiás (13,5%).

Milho: lidera o Centro-Oeste (52,2%), acima do Sul (24,1%) e do Sudeste (13,6%). As maiores produtividades, em quilos por hectare, estão no Sudeste (5.876) e no Centro-Oeste (5.455). Nos principais municípios produtores, como Sorriso, Nova Mutum-MT, Campo Novo do Parecis-MT e Rio Verde-GO, a produtividade é bastante elevada (12.000).

Soja: o Centro-Oeste também lidera (41,7%), seguido pelo Sul (35,8%) e pelo Nordeste (10,3%). Mato Grosso (23,5%), Paraná (16,9%) e Rio Grande do Sul (16,7%) aparecem na frente. Entre os municípios, destacam-se Sorriso, Formosa do Rio Preto-BA e São Desidério.

Cana-de-açúcar: o Sudeste (68,1%) destaca-se, com São Paulo na primeira posição (58,0%). Depois, vêm Goiás (9,9%), Minas Gerais (9,5%), Mato Grosso do Sul (6,7%) e Paraná (5,4%). A instalação de novas usinas nesses estados representa o principal fator para estimular a expansão da cultura em novas regiões.

Café: o Sudeste lidera a produção de Arábica, com Minas Gerais (59,9%), Espírito Santo (19,4%) e São Paulo (8,0%). No primeiro e no terceiro estados, predomina o tipo Arábica e, no segundo, o Conilon.

Laranja: o Sudeste possui a liderança (83,2%).

Frutas: a liderança é do Sul (70,0%) e do Sudeste (23,8%). O VBP, exceto de laranja, foi gerado no Sul (63,8%), no Sudeste (22,7%) e no Norte (12,4%). Os principais municípios produtores de frutas (exceto laranja) foram Petrolina-PE, São Joaquim-SC e Vacaria-RS. Na geração de valor do VBP, os produtos mais importantes são maçã (53,3%) e mamão (27,8%). Os municípios de Petrolina-PE, Lagoa Grande-PE e São Miguel Arcanjo-SP são os principais geradores.

ESPAÇO PARA A AVIAÇÃO AGRÍCOLA

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO DO SINDICATO NACIONAL
DAS EMPRESAS DE AVIAÇÃO AGRÍCOLA (SINDAG)

A frota brasileira chega a 2.280 aeronaves e segue como a segunda maior e uma das melhores do mundo.

PARA GERAR renda e produção, o espaço agrário passa por uma modernização da sua estrutura produtiva, com inserção de inovações tecnológicas. Tanto a terra como a mão de obra precisam ter ganhos de produtividade. A disponibilidade de crédito estimula a aquisição de máquinas, equipamentos e insumos modernos, enquanto a conectividade e a digitalização unem satélites, sensores e computadores.

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) trabalham juntos no Plano Nacional de Internet das Coisas. O objetivo é construir estratégias para que as fazendas conectadas utilizem soluções como automação, interatividade, monitoramento



CASTOR BECKER JÚNIOR/C5 NEWSPRESS

em tempo real, *big data*, enquanto as *start-ups* proliferam.

A aviação agrícola brasileira entrou em 2020 com 2.280 aeronaves (2.265 aviões e 15 helicópteros), segundo os números divulgados pelo SINDAG. Isso significa um incremento de 86 aparelhos em relação a 2019, no embalo da eficiência e da segurança da frota nacional, a segunda maior e uma das melhores do mundo, atrás apenas da dos Estados Unidos.

CRESCE A FROTA BRASILEIRA

As estatísticas foram apuradas pelo consultor e pesquisador do SINDAG Eduardo Cordeiro de Araújo junto ao



Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB), da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). O estudo aponta, também, um *ranking* de 22 estados mais o Distrito Federal, sendo que Mato Grosso segue com o maior número de aeronaves em lavouras, seguido por Rio Grande do Sul e São Paulo. Esse trabalho vem na carona da força econômica das culturas estratégicas para o agronegócio, como soja, cana-de-açúcar, milho, arroz, café, frutas e outras.

No quesito segurança, há mais de cinquenta anos, a aviação representa a única ferramenta para o tratamento de lavouras com regulamentação própria. Entre suas várias obrigações, as empresas aeroagrícolas precisam ter na equipe um engenheiro-agrônomo e, no local de cada operação em campo, um técnico agrícola com especialização em operações aeroagrícolas. O quadro obriga, ainda, a se contar com um funcionário responsável pelo Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional (SGSO) da empresa.

A formação do próprio piloto exige alta qualificação. O profissional precisa ter licença de piloto comercial e completar 370 horas de voo para conseguir matricular-se em um curso de piloto agrícola. O Brasil dispõe de apenas seis escolas de pilotos agrícolas, sendo duas no Rio Grande do Sul (Cachoeira do Sul e Carazinho), uma no Paraná (Ponta Grossa) e três em São Paulo (Itápolis, Ibitinga e Monte Mor – esta última para pilotos de helicópteros).

Vinculado à Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais (Fepaf), o setor também promove iniciativas, como o programa Certificação Aeroagrícola Sustentável (CAS), o primeiro e, até agora, único selo independente de responsabilidade ambiental da aviação agrícola brasileira. Essa iniciativa conta, ainda, com o apoio do SINDAG, integrante do Comitê Nacional de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CNPAA) e do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA) e parceiro dos Serviços Regionais de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SERIPA).

PREDICADOS PARA A ALTA PRODUTIVIDADE

A aviação agrícola faz a diferença devido a muitos predicados positivos do trato aéreo em lavouras. Podemos principalmente citar, entre eles, a velocidade e a precisão, que, no fim das contas, se traduzem em eficiência e, novamente, segurança.

É importante frisar que aeronaves agrícolas conseguem operar em emegências, como, por exemplo, depois de um período chuvoso em que o solo lamacento dificulta a entrada de tratores. O mesmo ocorre quando se tem a detecção de um ataque de lagarta que precise de combate rápido. Para isso, o avião deve cobrir todos os talhões antes de o inseto mudar o estágio de desenvolvimento.

Ainda no quesito rapidez, no comparativo a tratores, o avião apresenta mais chances de terminar a aplicação antes de as mudanças climáticas prejudicarem o controle da deriva. Na tecnologia embarcada, podemos destacar o sistema DGPS (um GPS mais preciso e rápido do que o equipamento utilizado em automóveis e que atua praticamente como um computador de bordo no avião).

Em termos de economia, como não realiza locação na lavoura, além de não transportar patógenos, o avião elimina o amassamento. Em números, evita perdas com injúrias, de 3,5% a 5,0%, o suficiente, na maioria das vezes, por si só, para pagar o custo da aplicação aérea. ■



O SUCESSO DA 2ª EDIÇÃO DA ANUFOOD BRAZIL

2PRÓ Comunicação

Contando com a presença de mais de quatrocentas marcas, o evento cresceu 80% em número de expositores e reforçou o seu posicionamento como a plataforma de negócios globais no setor de alimentos e bebidas.

O CRESCIMENTO expressivo no número de visitantes nacionais e internacionais na 2ª edição da ANUFOOD Brazil reforçou a importância do evento para o mercado de alimentos e bebidas da América do Sul. De 9 a 11 de março último, mais de quatrocentas marcas expositoras, incluindo onze pavilhões internacionais e expositores independentes de 24 países, fizeram negócios com mais de 9 mil visitantes qualificados, vindos de todo o Brasil e de mais 31 países, como Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, Colômbia, Equador, Estados Unidos, Paraguai, Peru, Uruguai, entre outros. Para o diretor-geral da Koelnmesse, Cassiano Facchinetti, a maior presença internacional e os novos projetos tornaram a feira ainda mais completa e contribuíram para o sucesso do evento. "Tivemos um aumento expressivo no número de expositores em relação à 1ª edição, e a quantidade de visitantes superou as nossas expectativas", apontou o diretor. A programação de eventos paralelos da feira, organizados em parceria com associações do setor, incluiu numerosas conferências, visitas guiadas, palestras e experiências com convidados VIPs. A ANUFOOD Brazil teve o patrocínio do Makro Food Service, da BRF e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Organizada pela Koelnmesse Brasil, líder global na promoção de eventos para o mercado de alimentos e bebidas, a ANUFOOD Brazil é inspirada na Anuga, o maior evento do setor no mundo. "O conceito da ANUFOOD Brazil é único e bem-sucedido. Identificamos a necessidade de um evento exclusivo para o setor de alimentos e bebidas no Brasil, abrindo novos e estratégicos mercados", ressalta Facchinetti. A feira proporcionou a expositores e visitantes a possibilidade de ampliar e fortalecer seus negócios no mercado local, bem como de se beneficiar de uma plataforma de exportação capaz de aprimorar o posicionamento de seus produtos no mercado internacional.

Anne Schumacher, vice-presidente de Gestão das Feiras do portfólio de Food & Food Technology na Koelnmesse GmbH, também destacou o sucesso da ANUFOOD: "A 2ª edição do evento não só demonstrou o potencial desse promissor mercado na América do Sul, como também provou que a ANUFOOD Brazil é exatamente a plataforma certa para reunir a demanda internacional e a crescente indústria brasileira de alimentos e bebidas no mais alto nível. É isso que faz da ANUFOOD Brazil uma feira de negócios que contribui para o sucesso de nossos expositores e visitantes".

O evento recebeu visitantes qualificados nacionais e internacionais, com a presença das principais empresas de varejo e do *food service*, como Carrefour, Assaí Atacadista, restaurante

Eataly, Grupo GPA, Grupo Big, Supermercado St Marche, Hipermercado Tottus, Oregon Foods SAC e Oxxo.

O apoio das associações do setor foi fundamental para o sucesso do evento. Segundo Alexandre Jobim, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não Alcoólicas (ABIR), "para nós, a ANUFOOD Brazil é, além de uma oportunidade de receber os nossos associados e outros interessados, o momento de ampliar contatos e falar do futuro do setor. É um evento que está em sua 2ª edição e já é um grande sucesso". Já o diretor de Relacionamento Comercial & Marketing da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores (ABAD), Rogério Oliva, destacou, além da visitação qualificada, a profissionalização dos congressos: "Na ANUFOOD Brazil, os visitantes são qualificados, querem fazer *networking* e buscam alternativas para ampliar o *mix* de produtos. Destacaria, ainda, a realização do Congresso, que foi organizado pela Fundação Getulio Vargas (FGV) e debateu temas interessantes para o setor, a presença de marcas âncoras, as atividades promovidas na Arena Abrasel e a participação de cooperativas".

ALGUNS DESTAQUES DA FEIRA

As rodadas de negócios

O programa reuniu 43 compradores do Brasil e de mais seis países – Colômbia, Peru, Chile, Paraguai, Egito e Catar – durante os três dias de evento. Segundo a organizadora do evento, foram feitas mais de 1.250 reuniões, e a estimativa é de que os negócios gerados cheguem a US$ 27 milhões.

Pavilhão MAPA

O estande teve como tema o programa de cooperativismo Brasil Mais Cooperativo e a presença de dez cooperativas da agricultura familiar com vocação para acessar o mercado de alimentos e bebidas. São produtores regionais com certificado para exportação.

ANUFOOD Brazil Experience – Missão S/A Varejo

Missão com 99 donos dos principais supermercados do Brasil, convidados pela Koelnmesse e pela mídia S/A Varejo, e que aconteceu no primeiro dia do evento. Os participantes acompanharam uma visita monitorada, tendo a oportunidade de conhecer novos produtos e fornecedores.

A Embrapa

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária levou à ANUFOOD Brazil soluções tecnológicas de mais de dez Unidades Descentralizadas de diversos estados brasileiros e lançou, em primeira mão, um sensor de baixo custo para monitorar o grau de maturação de frutas. O dispositivo é chamado de Yva (de *iva*, "fruta" em tupi) e utiliza recursos de nanotecnologia e inteligência artificial.

Espaço Descobertas

Inovador, o espaço apresentou categorias e produtos de quatorze empresas que atendem as demandas do consumidor atual, mais preocupado com a saúde e a sustentabilidade do Planeta. O estande reuniu marcas de empreendedores brasileiros que buscam inovar em seus segmentos, seja incorporando ingredientes diferenciados e naturais, seja resgatando sabores de produtos artesanais.

Congresso

Simultaneamente à 2ª edição da Feira, com a curadoria da FGV e a co-organização da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), especialistas do setor e do Governo debateram as tendências e os produtos que impactarão o consumo nos próximos anos, com o objetivo de orientar a indústria de alimentos para melhorar a qualidade da produção. ■

Sobre a Koelnmesse – Global Competence in Food and FoodTec

A Koelnmesse é líder internacional na implementação de feiras de alimentos, serviços e produtos relacionados ao processamento de alimentos e bebidas. Feiras como a Anuga, a ISM – Feira Internacional de Doces e Biscoitos – e a Anuga FoodTec são reconhecidas em todo o mundo como líderes absolutas em seus setores. A Koelnmesse também organiza feiras líderes no setor de alimentos e bebidas em outros mercados emergentes no mundo todo, tais como Brasil, China, Índia, Itália, Japão, Tailândia, Estados Unidos e Emirados Árabes Unidos. Com essas atividades globais, a Koelnmesse oferece aos seus clientes um completo portfólio de eventos qualificados, em diferentes mercados, que garantem uma rede de negócios sustentável e internacional.

TRIBUTAÇÃO DIFERENCIADA PARA O AGRONEGÓCIO

FÁBIO PALLARETTI CALCINI*

Além das peculiaridades únicas do agronegócio, como sazonalidade, influência de fatores biológicos e climáticos, perecibilidade etc., o setor possui relevância especial no que diz respeito à garantia de direitos fundamentais, como a dignidade da pessoa humana, a alimentação, a saúde e mesmo a livre-iniciativa, como estabelece a Constituição Federal. Desta forma, tributar o setor do agronegócio de forma diferenciada não é conceder um privilégio.

ATUALMENTE, TEMOS observado um forte movimento dos governos (federal e estaduais) e de alguns projetos de reforma tributária (Propostas de Emenda Constitucional – PECs – nº 45 e nº 110) no sentido de se alterar a tributação no nosso País.

Embora não exista dúvida quanto à necessidade de ajustes e melhorias, objetivando, inclusive, a simplificação e a justiça tributárias, é preciso ponderar a respeito dos impactos de tais mudanças sobre o segmento do agronegócio, sobretudo pela sua inquestionável relevância para a economia brasileira, com geração de renda, empregos, divisas e desenvolvimento social.

A tributação voltada para esse relevante setor da economia nacional possui diversas peculiaridades, as quais são plenamente justificáveis em virtude de diversos aspectos que envolvem o processo produtivo na sua cadeia, tais como sazonalidade, influência de fatores biológicos, perecibilidade, influência dos elementos e fatores climáticos e baixo valor agregado aos produtos agropecuários.

Mais do que isso, diante da própria Constituição Federal, podemos identificar que o segmento do agronegócio tem tratamento específico pelo Estado nas suas políticas, como se pode notar pelo art. 187, I, o qual estabelece como um dos instrumentos para o desenvolvimento e a atuação da cadeia o fiscal, tendo em vista a sua relevância e o seu fim maior, que diz respeito à garantia de direitos fundamentais da mais alta magnitude, como a dignidade da pessoa humana, a alimentação, a saúde e mesmo a livre-iniciativa.

Com isso, ao se constatar, no nosso sistema, tributos como impostos sobre renda (IRPF, IRPJ), contribuições em geral (PIS, COFINS, CSLL, FUNRURAL, entre outras), impostos com tratamento diferenciado no tocante aos créditos (IPI, ICMS, ITR), alíquotas, base de cálculo, isenções, formas de apuração e pagamento, não se pode afirmar, como se ouve, que teríamos um privilégio.

Tributar de forma diferenciada o setor do agronegócio não é conceder um privilégio, mas, verdadeiramente, cumprir o que determinam a Constituição Federal e o sistema jurídico brasileiro em prol da sociedade, do Estado nacional e, em última análise, do ser humano.

Bem por isso, é preciso muita atenção às pretensões atuais de mudança no sistema tributário, mediante o aumento de PIS e COFINS para os alimentos da cesta básica, a não prorrogação de incentivos no ICMS, como o caso do Convênio nº 100/97, e projetos de reforma tributária que incluem o setor entre os demais sem nenhuma forma de tratamento diferenciado, o que, certamente, gerará um aumento da carga tributária, além de poder prejudicar fortemente a sua competitividade internacional.

A tributação deve ser mínima e simplificada quando existente, pois ela deve buscar o fomento e o incentivo do exercício das atividades voltadas para o agronegócio, de alta representatividade no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, a fim de que se produza cada vez mais, com mais qualidade e tecnologia. Com isso, visa-se não somente ao desenvolvimento e à estabilidade do setor, mas, sobretudo, à concretização efetiva dos direitos fundamentais elementares, que estão voltados para a própria dignidade da pessoa humana, o seu mínimo existencial e, por consequência, a melhoria do Estado brasileiro. ■

*Professor e coordenador do curso de Tributação do Agronegócio da Escola de Direito de São Paulo (FGV DIREITO SP), professor do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET) e sócio tributarista da Brasil Salomão e Matthes Advocacia

A IMPORTÂNCIA DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS PARA A PRODUÇÃO AGRÍCOLA

SUSIAN MARTINS*

Os serviços ambientais providos pelos ecossistemas produtivos, apesar de sua importância para a sustentabilidade da atividade, não costumam ser considerados no fluxo de caixa da produção. Um dos efeitos desse fato é o incentivo ao desmatamento.

A RECOMPOSIÇÃO florestal, além de contribuir para a redução de emissões de gases do efeito estufa (GEE), também colabora para a provisão de serviços ecossistêmicos dos quais a agropecuária depende vigorosamente. Estes, por sua vez, contribuem para a manutenção da capacidade produtiva da terra no longo prazo, por meio dos serviços de regulação do clima, controle da erosão do solo e da perda de nutrientes, polinização e provisão de água. Cada vez mais, notam-se benefícios produtivos associados aos serviços ecossistêmicos, que contribuem positivamente para o valor econômico de médio e longo prazos das propriedades rurais regularizadas. Os fluxos de caixa futuro dependem da capacidade produtiva da propriedade, que, sabemos, tem correlação com os benefícios providos pelos ecossistemas.

Além do mais, do prisma setorial econômico e financeiro, a não regularização ambiental das propriedades rurais representa risco de sua carteira do agronegócio. A pressão sobre os recursos naturais e os serviços ecossistêmicos pode gerar impactos negativos sobre a atividade produtiva, com a diminuição da rentabilidade e uma consequente redução da capacidade de pagamento, a depreciação dos colaterais e das garantias, a possível ocorrência de multas ambientais por não conformidade e o não acesso a mercados consumidores nacionais e internacionais.

Desta forma, o alvo do setor agrícola não pode mais simplesmente ser maximizar a sua produtividade, mas aperfeiçoá-la por meio de uma paisagem mais complexa de produção, de desenvolvimento rural, ambiental e social e de padrão de consumo alimentar. Diante disso, a construção de uma agricultura sustentável em escala de paisagem envolvendo três componentes – o capital natural, a produção sustentável e a governança participativa e transparente – é um importante mecanismo de adaptação conjunta entre agricultura e restauração e, consequentemente, de diminuição de riscos ao financiamento e ao investimento em atividades agrícolas e florestais nessas áreas integradas.

No entanto, o capital natural e os seus serviços ecossistêmicos ainda são, comumente, vistos meramente como externalidades no contexto econômico e, devido à sua incipiente valoração, acabam por ser, diversas vezes, negligenciados e não entram, como deveriam, na contabilização do fluxo de caixa da produção, nem ao menos sendo inseridos como parâmetros de índices hoje usados para medir economias globais e desenvolvimento humano, ocasionando graves falhas de mercado ou falhas dos sistemas de preços. Essas falhas de mercado – de não se incluírem os serviços ambientais providos pelos ecossistemas – são elementos centrais do desmatamento conjuntamente à baixa produtividade das áreas abertas, gerados por fatores como a falta de assistência técnica e acesso a crédito e atrelados a uma demanda local e global crescente por alimentos e outros serviços de provisão (madeira e fibras).

Por fim, é necessário que investidores, instituições financeiras e seguradoras invistam em sistemas de produção resilientes às mudanças climáticas. Investir em sistemas produtivos de adaptação, por meio de arranjos economicamente viáveis e de baixo risco ambiental, diminui perdas causadas por mudanças climáticas, aumenta a capacidade de retorno no investimento e no pagamento de empréstimos, valoriza garantias de financiamento, amplia o acesso a mercados compradores nacionais e internacionais e diminui o risco para os investidores, as instituições financeiras e as seguradoras. ■

*Consultora da Pangea Capital

O COOPERATIVISMO CONTRIBUI EM SITUAÇÕES DE CRISE

RUI SAMARCOS LORA*

A história mostra que, em situações de crise como a atual – desta vez, provocada pela pandemia do novo coronavírus –, nas quais há sérios impactos de ordem econômica e social, o modelo de organização cooperativa surge como uma ferramenta útil para contribuir para a resolução dos diversos desafios que se projetam.

COM O corrente cenário pandêmico anunciado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março último, em que, até o presente momento, foram reportados mais de 200 mil casos da doença COVID-19, afetando 155 países e totalizando 8 mil mortes, o mundo deverá passar por um rearranjo econômico-social mínimo de modo a reparar e minimizar os problemas causados por tal catástrofe. Dados o contexto e a conjuntura da crise, percebe-se que, ao longo dos anos, arranjos organizacionais cooperativos surgem como alternativa em situações semelhantes. Tem sido assim desde a Revolução Industrial, quando a proposta cooperativista ganhou forma e estrutura na Inglaterra (1844), durante a crise trabalhista da época, e, até mesmo, em outras circunstâncias, como no processo de globalização das últimas décadas, resultado da transnacionalização da produção de bens e serviços e dos mercados financeiros.

As cooperativas têm acompanhado esse complexo cenário internacional de crises e têm assumido, cada vez mais, um papel econômico e político relevante, como se crise e cooperativismo andassem juntos, compondo, por isso, um "binômio", na conceituação literal da palavra. Ao lado do surgimento de uma sociedade civil mundial independente, as cooperativas têm se organizado transnacionalmente na defesa de interesses percebidos como comuns e usam em seu benefício as



SHUTTERSTOCK

possibilidades de interação internacional criadas pela governança global.

Assim, diante da crise do coronavírus, é inevitável não começar a pensar e discutir possíveis soluções práticas e rápidas que possam, objetivamente, minimizar, em termos econômicos, os efeitos negativos e incluir, em termos políticos, os mais afetados e os marginalizados pelo efeito. À medida que a crise pandêmica avança, as perspectivas econômicas e políticas globais passam a ter novos desafios, exigindo que tais arranjos possam recuperar o fôlego e dar estímulo aos diversos setores e cadeias econômicas envolvidos, principalmente os relacionados ao abastecimento da população. Se levarmos em conta o cenário e o binômio ora elencado, o cooperativismo passa, mais uma vez, a ser uma ferramenta sustentável e viável a ser pensada para contribuir para a resolução dos diversos desafios que se projetam.

Ao analisar cenários de crise semelhantes, percebe-se que, já no século XX, o processo de globalização da economia contribuiu para o desenvolvimento econômico em muitos aspectos, mas, ao mesmo tempo, aprofundou a exclusão social e a concentração das riquezas em outros, de tal modo que os sistemas democráticos e, até mesmo, a paz continuaram a passar por incertezas. Como mencionado, as cooperativas têm assumido um papel econômico e político relevante, pois a essência cooperativa – multicultural e cosmopolita – permite que elas transitem entre a competência global e a legitimidade local, o que constitui um aspecto político que lhes habilita serem independentes de interesses quer sejam dos Estados ou do mercado. Assim, é nesse ponto que reside o aspecto cooperativo necessário de inovação democrática, pois, estando as cooperativas desvinculadas do globalismo localizado e encaixadas em um projeto de cosmopolitismo multicultural – como é o caso de algumas cooperativas multiétnicas do pós-guerra de Ruanda, da Bósnia e, até mesmo, de Israel –, podem constituir um contributo para a superação de crises.



Uma possível explicação para essa capacidade está no fato de as cooperativas terem se transformado em espaços que permitem refletir sobre as incompletudes de determinados grupos (membros da cooperativa), assim como a relação entre cooperativas, por meio do diálogo e da troca de experiências entre um cooperado e outro, muito em razão dos princípios cooperativos.

Por essa razão, por permitir que sejam reconhecidas essas incompletudes mútuas, é que o cooperativismo é capaz de criar espaço para o diálogo, contribuindo para o cosmopolitismo inerente ao movimento, de baixo para cima, e se estabelecendo como um arranjo democrático na crise, em que estruturas mínimas são necessárias para superar os desafios interpostos pela atual conjuntura. Assim, muito além das necessidades econômicas, é preciso pensar na estabilidade democrática que possa assegurar a estrutura mínima capaz de retomar a manutenção das atividades laborais, econômicas e financeiras em suas mais diversas áreas e setores. Para tanto, em tempos em que os princípios de solidariedade cada vez mais se tornam necessários, o cooperativismo, por ter sido constituído como uma alternativa solidária e social baseada em princípios democráticos, ao mesmo tempo em que concilia aspectos econômicos e sociais na sua estrutura institucional, pode superar o efeito econômico negativo da crise para se tornar, de fato, uma resposta em diferentes formas e modelos.

Mais do que isso, as cooperativas têm demonstrado contribuir para articular os aspetos econômicos da sociedade de outra forma e para outras esferas da sociedade, o que se coaduna com a visão de que não é necessário uma revolução radical ou uma proposta utópica para que a sociedade passe a ser mais igualitária e democrática, ainda que a relação entre economia e democracia seja repensada por outro viés.

Por isso, o binômio crise-cooperativa pode continuar atual e contribuir para minimizar os impactos dos efeitos causados pela pandemia do novo coronavírus caso possa continuar a conciliar aspectos econômicos, sociais e políticos que procuram perpassar a lógica econômica. A ideia é que esse binômio se apresente como proposta que insira as diversas camadas da sociedade em iniciativas de trabalho e, até mesmo, na participação de uma vida mais democrática, em que os resultados alcançados possam surtir efeito direto na vida dos membros e no bem-estar dos cidadãos. Tais efeitos, por sua vez, refletir-se-ão na sociedade como um todo, o que é tão necessário para as incertezas desta época. ■

*Especialista em Ciências Políticas pela Universidade de Brasília (UnB), bacharel em Relações Internacionais e ex-assessor internacional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

CORTEVA™
agriscience

BIOTECNOLOGIA NA AGRICULTURA

HÁ OPÇÕES PARA O PRODUTOR RURAL?



CHRISTIAN PFLUG

Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP) e mestre em Marketing pela Universidade de Pittsburgh

APÓS MAIS de sessenta anos da descoberta da primeira estrutura da molécula de DNA, a aplicação da biotecnologia trouxe diversos avanços para a sociedade. Na agricultura, especificamente, a primeira planta modificada foi lançada no mercado americano em 1994. De lá pra cá, com o progresso das tecnologias e dos profissionais da área, foi possível inserir plantas com características mais resistentes a herbicidas, insetos e vírus.

Essa descoberta trouxe muitos ganhos à população mundial, com o aumento na produção de alimentos. Análises de especialistas mostram que, entre as principais razões pelas quais são feitas pesquisas e adoções todos os anos nesse setor, estão o crescimento da população mundial e a necessidade de uma maior quantidade e uma melhor qualidade de alimentos. As mudanças climáticas globais existentes também

SHUTTERSTOCK



aparecem como um fator importante na continuidade dessas pesquisas, além de riscos bióticos e abióticos e a necessidade de culturas adaptadas a esses ecossistemas.

Até então, havia poucas opções de organismos geneticamente modificados (OGMs) de soja e milho disponíveis para os agricultores ao redor do mundo. Os produtores rurais acabavam ficando restritos a uma pequena quantidade oferecida pelo mercado. A mudança no cenário da indústria começa a acontecer quando outras empresas passam a investir nesse segmento.

SISTEMA ENLIST: UMA TECNOLOGIA DA CORTEVA AGRISCIENCE

Sabemos que, desde a década de 1970, com a expansão do sistema de plantio direto, o glifosato tornou-se uma ferramenta importante no manejo de plantas daninhas. Porém, o seu uso intensivo em grandes áreas selecionou algumas espécies resistentes ou tolerantes, e, hoje, junto a lagartas que atacam milhões de hectares, ele faz parte de uma das principais ameaças à produção agrícola.

No cenário atual, podemos destacar o Sistema Enlist, uma tecnologia da Corteva Agriscience – empresa resultado da fusão da Dow AgroSciences e da DuPont – que já está disponível ao agricultor americano. Essa é a primeira vez que o agricultor possui outra opção em biotecnologia para soja e milho. O Enlist é a evolução no controle de plantas daninhas, pois permite o uso dos herbicidas 2,4-D, glifosato e glufosinato nas culturas de soja e milho. Isso possibilita o seu uso no manejo das principais plantas daninhas. O milho Enlist, além dos três hercibidas citados, também é tolerante ao haloxifope.

Nesse contexto, a tecnologia Enlist é uma nova e importante opção para o produtor rural e abre um cenário de competitividade. Em seu primeiro ano de comercialização nos Estados Unidos, a Corteva traçou, em janeiro último, uma projeção de que a tecnologia Enlist E3 representará 20% da colheita americana em 2020. Segundo uma matéria recente publicada pela Reuters nos Estados Unidos, as vendas do Enlist E3 estão muito fortes por lá. De acordo com cinco revendedores entrevistados pela publicação, sendo um deles o maior do país, o Enlist já representa de 20% a 33% das suas vendas de soja para esta primavera.



LANÇAMENTO PREVISTO PARA A SAFRA 2021/22

No Brasil, o lançamento do Sistema Enlist está previsto para a safra 2021/22, após a aprovação da soja Conkesta E3 na União Europeia. Essa soja também possui tolerância ao 2,4-D, ao glifosato, ao glufosinato e, ainda, às proteínas Bt, que conferem proteção contra as principais lagartas que atacam a cultura. Quando o agricultor fizer uso da soja Conkesta E3 na sua lavoura, poderá utilizar a soja Enlist E3 (sem Bt) para a área de refúgio.

Localmente, os produtores brasileiros já podem fazer uso dos herbicidas do Sistema Enlist (Enlist Colex-D e Enlist Duo Colex-D), sendo que, na última safra, seu uso na dessecação teve uma excelente aceitação em diferentes regiões do País. A partir do momento em que a soja Conkesta E3 e a Enlist E3 forem lançadas no mercado, o agricultor poderá aplicar o Enlist Colex-D e o Enlist Duo Colex-D no momento pós-emergência. Tais herbicidas, além de eficácia no manejo de plantas daninhas, apresentam redução expressiva no potencial de deriva, ultrabaixa volatilidade e odor reduzido.

O acesso às tecnologias disponíveis no mercado também é algo muito relevante para o produtor rural, bem como os pagamentos de *royalties*. Ainda há muitas discussões em torno do assunto, mas o mercado caminha na ordem de promover acesso e pagamentos que sejam justos tanto para o produtor rural, como para as detentoras da tecnologia. No caso do Enlist, o acesso será promovido por meio de parceiras como a Brasmax, a DONMARIO, a NEOGEN, a Nidera Sementes, a Syngenta, a TMG, entre outras, além das marcas de sementes da Corteva – Brevant, Pioneer e Cordius.

Em síntese, pode-se afirmar que o próximo período será de ganhos para o produtor rural brasileiro e, consequentemente, o consumidor. No entanto, é importante que as iniciativas públicas e privadas estejam voltadas para a geração de novas tecnologias, pois garantem a competitividade e trazem um cenário de preços e ofertas mais atrativo até chegarem ao consumidor na ponta. ■


EDSOM LEITE

REUNIÃO DO COSAG, DO COINFRA E DO CONSIC

DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA NACIONAL

A reunião conjunta dos Conselhos Superiores do Agronegócio (Cosag), da Infraestrutura (Coinfra) e da Indústria da Construção (Consic) foi realizada em 2 de março de 2020, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O texto que se segue descreve as apresentações realizadas.

CONTÊINERES COM O MODAL FERROVIÁRIO

JOÃO ALBERTO ABREU
Presidente da Rumo

Fizemos a aquisição da América Latina Logística (ALL) em 2015. Depois de vencermos o leilão da Ferrovia Norte-Sul (FNS) em 2019 – que conectará Rondonópolis-MT a Sumaré-SP –, iniciamos a operação *double stack* na malha paulista, limitada a 30 milhões de toneladas anuais. Retiramos centenas de interferências de gabarito para permitir a circulação de veículos de maior altura.

No Brasil, apenas 4% dos contêineres são transportados pelo modal ferroviário. Essa alternativa representa uma expansão de 40% na capacidade de movimentação. O terminal intermodal de Rondonópolis será o maior da América Latina, com capacidade de expedição de 38 vagões por hora. O complexo agrega as unidades esmagadoras de soja e de recebimentos e de fertilizantes, além dos terminais de combustíveis e contêineres.

Teremos outra ferrovia dentro da mesma malha viária, com o dobro de capacidade. Os investimentos são da ordem de R$ 6 bilhões. Para descermos de Mato Grosso a Santos, passaremos de trens com 80 vagões para trens de 120 vagões. Os trilhos chegarão à Região Metropolitana de Cuiabá e ao médio norte do estado.

Consideramos vital solucionar o acesso ferroviário ao Porto de Santos, com uma conexão entre os investimentos em curso nos terminais portuários e ferroviários que passará de 30% para 70%.

SERVIMOS E INOVAMOS SOLUÇÕES

ERNESTO POUSADA

Presidente da Valor Logística Integrada (VLI)

Sentimos o desejo de transformar a logística do Brasil. Acreditamos no projeto industrial para contribuir com a competitividade do agronegócio brasileiro. Tanto o trabalho empresarial da VLI como o da Rumo ajudam a fazer essa mudança.

Estamos presentes nas regiões Norte e Sudeste, que representam 62% do Produto Interno Bruto (PIB) de serviços, 58% do PIB da indústria e 52% do PIB do agronegócio, ou seja, trata-se de 59% do PIB do Brasil com uma logística para servir a siderurgia e a agricultura. Temos, também, uma logística para servir industrializados, mais voltados para as áreas florestal, de derivados do petróleo e de etanol, entre outros.

Conectando e inovando, trabalhamos para servir e inovar em soluções para os nossos clientes. É essa a razão da nossa existência. Acreditamos cada vez mais na integração total entre portos, ferrovias e terminais até o campo. Queremos oferecer um serviço diferenciado para juntar a logística e o *supply chain*. Nas exportações de produtos, pretendemos levar maior competitividade.

Com R$ 9 bilhões investidos nos últimos cinco anos, temos mais de 7,6 mil colaboradores, três portos próprios, oito terminais intermodais, cinco corredores logísticos e duas principais ferrovias (VLI Malha Norte e VLI Malha Central). Estamos presentes em mais de trezentos municípios e dez estados. No ano passado, faturamos R$ 5,4 bilhões e transportamos pelas ferrovias aos portos cerca de 40 bilhões de toneladas por quilômetro útil (TKU). São setecentas locomotivas, mais de 24 mil vagões e 8 mil quilômetros de ferrovia em concessões sob a nossa administração.

O nosso grande investimento e posicionamento são os clientes do setor agro. Em relação à quantidade exportada, transportamos pelas nossas ferrovias e nossos portos 17% da soja, 16% do milho e 34% do açúcar, além de 13% do fertilizante importado. Essa é uma pauta importante do Brasil.

Um dos maiores investimentos em São Paulo, de R$ 2,3 bilhões, é o Terminal Integrador Portuário Luiz Antonio Mesquita (TIPLAM), já terminado em Santos. Ganhamos muita produtividade com a ferrovia, sem a necessidade de acessar as estradas marginais. Se considerarmos o sistema como um todo, investimos quase R$ 5 bilhões. Ainda fizemos investimentos, com três novas oficinas, oitenta pátios, 350 aquisições de locomotivas e mais de 8 mil vagões. Há mais de R$ 23 milhões em investimentos sociais feitos em mais de trinta municípios e oito estados, com mais 100 mil beneficiados.

Estamos a um momento de concluir diversos projetos, mas abrimos novas portas. Falamos da nossa jornada futura em diversos aspectos. Destacamos o crescimento e a inovação com novos projetos, a experiência com foco no cliente, a eficiência para alavancar valor aos processos, a sustentabilidade compartilhada com a sociedade e, por último, gente e gestão, com processos ágeis e flexíveis para as grandes transformações.

Dentro da companhia, seguimos comprometidos em participar de novas concessões. Discutiremos, em breve, a repactuação da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA). Olhamos para a otimização da base de ativos e o crescimento em ativos portuários. Entendemos a importância do sistema integrado entre os modais e da aquisição de ativos estratégicos.

TRANSFORMAÇÃO DA LOGÍSTICA INDUSTRIAL

JOSÉ VICENTE CAIXETA FILHO

Professor da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)

Prestamos atenção ao número cada vez maior de agentes representativos de diversos setores com relação à logística para o agronegócio. Uma das explicações para isso diz respeito ao tamanho da nossa produção agropecuária. Por ano, são mais de 240 milhões de toneladas de soja e milho produzidos. Podemos juntar mais 750 milhões de cana. É muita carga. Relacionada a essa movimentação, a conta-frete soma R$ 100 bilhões.

Quando tomamos três rotas para a soja, o peso da conta-frete, em relação ao da mercadoria transportada, varia em 6% entre Londrina e Paranaguá (489 quilômetros), 15,73% entre Sorriso e Santos (1.390 quilômetros) e 21,8% entre Sorriso e Santos (2.001 quilômetros). Apesar de termos, em média, a representatividade de 10%, há uma série de trechos com impacto muito maior.

Como grande parte dessas cargas agrícolas é de baixo valor agregado, o peso do frete é significativo, acima do ferroviário e do hidroviário. Se agregarmos as despesas com armazenagem, as taxas ultrapassam 15%.

Na armazenagem, há um problema recorrente, por causa da safra bem definida de soja e milho, entre o final de janeiro e maio. Com capacidade estática baixa na armazenagem dentro da propriedade, o produtor precisa transportar. Assim, a grande demanda do Centro-Oeste puxa o preço do frete. Como, por si só, não consegue fazer grande escala de acordo com os interesses das ferrovias, o produtor, muitas vezes, não consegue ter o desconto do valor de frete rodoviário correspondente.

Com tempo de maturação relativamente alto, não há interesse por obra ferroviária de baixa distância. Já a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que estabelece normas gerais sobre licitações, privilegia o menor preço sem levar em conta a qualidade do produto. As parcerias público-privadas (PPPs) e outras medidas mais inovadoras dependem de marcos regulatórios mais bem definidos.

Precisamos de um projeto logístico de infraestrutura assumido pelo Estado, e não pelo governo. Com mandato de quatro anos, a autoridade pública não sabe se será reeleita. Sem oposição, não há continuidade dos projetos do governo anterior. Falta uma agenda mínima do Estado feita com muito profissionalismo.

Em 2020, continuamos com uma matriz de transporte de cargas. Essa predominância continuará em 2030, com menos folga, porque as ferrovias e as hidrovias crescerão. O governo federal desempenha um papel importante. Devemos entender e discutir as estruturas de custo. O mercado livre deve ter alguma referência. Há uma diferença em trafegar de acordo com as condições da rodovia com ou sem pedágio e balanças de fiscalização.

Como área de conhecimento, a Logística pressupõe integração entre transporte, armazenagem e uma série de cargas e agentes, com o envolvimento de agentes públicos e privados. Estamos próximos desse momento. É evidente que a agricultura brasileira poderá fazer bom uso de expressões como "*big data*", "*internet of things*" e "inteligência artificial", com modelos matemáticos. Tudo isso faz parte de uma transformação da logística agroindustrial.

GRANDES MUDANÇAS NO PAÍS

TARCÍSIO GOMES DE FREITAS

Ministro do Ministério da Infraestrutura (MI)

Possuímos quatro objetivos: primeiro, limitados pelo teto orçamentário, transferiremos para a iniciativa privada o máximo de infraestrutura; segundo, trataremos das pendências, como o Aeroporto de Viracopos e a Transnordestina; terceiro, concluiremos as obras paradas; e, quarto, trabalharemos no fortalecimento das regras de regulação dos contratos de concessão.

Visamos reequilibrar a matriz de transporte, com repercussão no agronegócio. Os projetos nascem do Plano Nacional de Logística (PNL). Mapeamos as origens e os destinos, observamos o comportamento da economia e aplicamos modelos econométricos. Confrontamos a demanda e a oferta de transporte para verificar os gargalos e projetar os investimentos. Em termos de leilões de ativos, fizemos 27 em 2019. Neste ano, fecharemos entre 40 e 44.

Licitaremos operações com criatividade. O investimento com risco de engenharia passará a ter um Valor Presente Líquido (VPL) positivo. A ferrovia constrói e entrega a obra pronta para o Estado.

Trouxemos tecnicidade para o Ministério. O presidente Bolsonaro estabeleceu uma nova governabilidade política. Os Ministérios eminentemente técnicos ficaram na mão de pessoas preparadas. Afinal, precisamos ser competentes para conquistar o coração do investidor estrangeiro. Trabalhamos com a previsão de PIB mundial mais baixa dos últimos dez anos, enquanto as taxas de juros das economias centrais reduzem-se e os projetos nacionais de infraestrutura passam a ter remuneração competitiva.

Na logística para o agro, estruturamos um programa robusto de concessões. É o maior da nossa história. Listamos os riscos colocados pelos investidores. Inserimos no contrato as questões sobre ganho de capital e volatilidade cambial e adequamos as regras da Receita Federal às dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

CONTRATOS ATRAENTES PARA O INVESTIDOR

Nos acordos de aeroportos, rodovias e terminais portuários, há uma parcela de outorga fixa e outra coberta por operação de *hedge*. Trabalhamos com débitos e créditos numa conta gráfica até o final do período de financiamento. Partimos

do pressuposto de convergência entre as taxas de inflação e câmbio. Damos segurança e fôlego para o investidor no curto prazo.

Regularemos uma série de mecanismos de proteção. Disciplinaremos o direito de passagem, com a eliminação de barreiras de entrada. Com requisito mínimo para formação de maquinista, a manutenção de máquina terá a transferência de eletrônica embarcada e o monitoramento da saturação da via, com disparo de gatilho para investimento.

Tratamos a questão do meio ambiente dentro dos projetos de licenciamentos. Como estabelecemos medidas de compensação, se os prazos forem extrapolados, damos previsibilidade ao fluxo do caixa. Abrimos a possibilidade de negociar as condicionantes com o órgão licenciador. Nas parcerias com a GIZ, da Alemanha, incorporaremos projetos relacionados à mudança climática, como a Climate Bonds Initiative. Com a obtenção do selo verde, teremos acesso aos *green bonds and loans*.

Nos próximos três anos, teremos 17 mil quilômetros em concessões de rodovias. Fizemos 10 mil nos últimos 25 anos. Fechamos a pavimentação da BR-163 depois de 47 anos. O fluxo de caminhões subiu para 2,5 mil carretas, e o frete caiu em 25%. Acabamos com 50 quilômetros de fila. Demos prioridade à BR-364 (Rondônia), cuja capacidade está exaurida. Por ano, cerca de 7,8 milhões de toneladas de grãos saem do Nordeste em direção a Porto Velho, para embarcar na hidrovia Madeira-Itacoatiara, onde a carga vai acomodada por um longo curso para a Europa e a Ásia.

Outras rodovias prioritárias são a BR-158 e a BR-155 – na ligação do nordeste de Mato Grosso até a chegada a Marabá –, que atravessam o estado de Tocantins para chegar a dois terminais operados pela VLI, Palmeirante e Porto Nacional, e embarcar na FNS em direção a Itaqui. No Amazonas, substituímos as pontes de madeira por concreto na BR-230, na BR-158 e na BR-163. No Maranhão, a BR-135 é uma rota importante para chegar ao Porto do Itaqui. Precária, a situação exige racionamento na manutenção e na reconstrução das rodovias.

Para nos ajudar no estudo das hidrovias, trouxemos o corpo de engenheiros do Exército americano. Os investimentos hidroviários envolvem o Brasil inteiro. Faremos dragagem, derrocamento, balizamento, sinalização, além de recuperarmos eclusas.

De vez em quando, aparece um plano de cura para mudar as regras da licitação feitas lá atrás. Passaremos uma péssima mensagem regulatória para o exterior. Contratos devem ser cumpridos. Não venderemos sonhos com um CAPEX absurdo sem volume para transportar.

QUESTÃO DE LONGO PRAZO E ESTADO

Mantivemos os projetos a as equipes atuantes no governo do presidente Temer. Temos duas prioridades: primeiro, a Ferrogrão, para ligar os municípios de Cuiabá-MT e Santarém-PA; e, segundo, a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), de Caetité para Ilhéus, ambos os municípios na Bahia, uma alternativa à BR-163. Ligaremos o Arco Norte ao resto do Brasil via ferrovia.

Andamos com a prorrogação antecipada dos contratos de concessão da ferrovia Vitória-Minas, da Estrada de Ferro Carajás e da Malha Sul. Conseguimos a aprovação do Tribunal de Contas da União (TCU) para a Malha Paulista. São R$ 6 bilhões de investimentos nos próximos cinco anos para atender 33 municípios do estado de São Paulo. Falamos em construção de pátio, duplicação de trechos e substituição de superestrutura, dormente por trilho. Acomodaremos o novo trem-tipo, com 120 vagões, 50% acima do atual modelo. Em cinco anos, dobraremos a capacidade de transporte para 70 milhões de toneladas e poderemos chegar a mais a 110 milhões de toneladas.

Pelo novo Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto de Santos, teremos *clusters* por tipo de carga, sendo uma parte servida por ferrovia. Sairemos de uma capacidade de 1 milhão de toneladas para 10 milhões na linha da MRS. São Paulo poderá fazer a licitação do trem intercidades.

Incrementaremos o sistema de cabotagem com o programa BR do Mar. Incentivaremos a concorrência e reduziremos custo para novos operadores de cabotagem ingressarem neste mercado. Zeraremos o imposto sobre os combustíveis utilizados pelos cargueiros (óleo *bunker*) nesse tipo de viagem. Deixaremos para a indústria brasileira a navegação interior e os apoios marítimo e portuário.

Falamos na logística do Arco Norte, de Mato Grosso, do MATOPIBA e dos estados do Sul, enfim. Há vários arrendamentos portuários, como nos terminais de grãos em Paranaguá, além da desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA) e do Porto de Santos. O nosso programa de concessão reserva R$ 250 bilhões de investimento nos próximos anos. Os projetos levam até dois anos para serem estruturados, e, depois, vem a assinatura do contrato, a obtenção da licença e a obtenção do *funding*. Faremos uma grande mudança neste País.

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS

Na pesquisa de competitividade do Global Competitiveness Index, do Fórum Econômico Mundial, a participação empresarial é baixa, com 150 respostas no ano passado. O

questionário capta indicadores objetivos e indicadores subjetivos. Aparecemos em oitavo lugar no *ranking* de transporte da América Latina. Não é possível o negócio ser tão ruim assim no País. Precisamos mostrar ao investidor estrangeiro uma realidade diferente. Aqui, não tem casa melhor para fazermos esse apelo.

A Lei nº 8.666/93 está ultrapassada. Enquanto, lá fora, são eminentemente *design/build*; aqui, praticamos contratações integradas, de projeto e obra. Há uma diluição de responsabilidade entre projetista e construtor. Quando contrata o projeto, o Estado precisa saber quanto receberá, os requisitos técnicos e os custos. Como órgão de controle, desenvolvemos uma relação de confiança, em especial com o TCU.

Com relação a obras paradas, que começam e não terminam, a maioria é de creches e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). Por irresponsabilidade, a maioria das ações orçamentárias está no quadrante "não tem o projeto, não tem licença". Como não possui condições para custear a operação, o próprio prefeito deixa de lado a obra, enquanto a Lei Orçamentária Anual (LOA) perde importância como instrumento de planejamento. No município, fica tudo considerado como uma dívida histórica.

O MI conta com orçamento de R$ 8 bilhões. Para melhorar a eficiência na administração, precisamos profissionalizar a gestão. Todos os oito portos recebidos davam prejuízos. Devemos desvincular as despesas das receitas para criar o espaço orçamentário e fazer investimento. Como, às vezes, as bancadas não aceitam, precisamos ser perseverantes.

Na questão da logística de médio e longo prazos com a Ásia, criamos alternativas. O assunto depende de outras frentes. Nos corredores bioceânicos, os estudos apontam a necessidade de carga para viabilizar as vias de transporte. Podem ser aço, fertilizantes e grãos, entre outros produtos. Talvez um dia, tenhamos algumas ligações.

EDSOM LEITE



COMENTÁRIOS

MARCOS MARINHO LUTZ
Presidente do Coinfra

Vivenciamos de perto esse esforço de sucesso e pragmatismo do ministro. É uma pasta de rubrica grande na mão de um técnico capacitado. Nunca tivemos uma dinâmica assim no Governo. Com atitude de Estado, podemos transformar este País de dimensões continentais. Possuímos uma quantidade de fluxo brutal feita por caminhão, com um custo Brasil raramente mapeado. Arcamos com uma logística inteira mais cara.

Vamos trabalhar para uma maior participação empresarial do Brasil na pesquisa do Global Competitiveness Index, do Fórum Econômico Mundial. Precisa haver um maior engajamento entre os empresários, com respostas mais adequadas. Não podemos aparecer na rabeira nesse tema em que a infraestrutura significa uma das vertentes-chave do *ranking*. Ao Jacyr, o presidente de Conselho mais ativo aqui da Casa, apresentamos os nossos agradecimentos pela ideia de fazer esse evento.



JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA LIMA
Presidente do Consic

Esse negócio com obras de desenvolvimento sempre foi muito importante para o Brasil. Precisamos exatamente construir uma nova logística. A Lei nº 8.666/93 representa um sério problema, com a falta da Modelagem da Informação da Construção (BIM, na sigla em inglês). Ficamos felizes em ganhar a concorrência de uma obra, mas não sabemos o seu projeto completo. Isso faz uma falta terrível.

Hoje, temos o tempo como a moeda mais valorizada à medida que o perdemos. Acumulamos mais de 14.000 obras paradas e inconclusas, absorvendo recursos da ordem de R$ 144 bilhões em 2018, segundo o TCU. Desse total, 4 mil obras eram do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com orçamento de R$ 32 bilhões. Enquanto isso, seguimos com 12 milhões de desempregados.

JACYR DA SILVA COSTA FILHO
Presidente do Cosag

A ideia dessa reunião nasceu de fato no Cosag, mas foi implementada com sucesso por um grupo de profissionais capazes de nos trazer os palestrantes, de modo a abrilhantar esse evento. Enaltecemos a exposição feita por todos. Muito daquilo que levantamos para endereçar como problema foi exposto com grande clareza e conhecimento. A apresentação de cabeça pelo ministro Tarcísio sobre o planejamento da logística brasileira carrega-nos de motivação, principalmente quando olhamos para o agronegócio. ■

REGULAMENTAÇÃO DO PRA NO ESTADO DE SÃO PAULO



FÁBIO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

EM 6 de março último, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo o Decreto Estadual n° 64.842, que trata da regularização ambiental de imóveis rurais no estado de São Paulo, com fundamento na Lei Estadual nº 15.684/15 (Programa de Regularização Ambiental – PRA) e na Lei Federal nº 12.651/12 (novo Código Florestal).

É importante relembrar que a Lei 12.651/12 foi amplamente debatida no Congresso Nacional, além de, após um questionamento judicial, ter sido analisada e julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o que trouxe maior segurança jurídica para o setor, viabilizando a implementação dos dispositivos do novo Código Florestal.

Entre os principais dispositivos do novo Código que tiveram declarada sua constitucionalidade, podemos citar: (i) o art. 15, que permite o cômputo das Áreas de Preservação Permanente (APPs) na Reserva Legal (RL); (ii) o art. 59, que dispõe sobre o PRA; e (iii) o art. 68, que dispõe sobre a aplicação da lei no tempo e áreas consolidadas.

A União, os estados e o Distrito Federal, em legislação concorrente, deveriam implementar os PRAs, competindo aos estados e ao Distrito Federal um maior detalhamento em razão de suas peculiaridades territoriais, climáticas, históricas, culturais, econômicas e sociais.

Em São Paulo, a Lei n° 15.684/15 foi aprovada pelo Parlamento paulista, mas foi questionada judicialmente perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), que, em 5 de junho de 2019, julgou a ação, permitindo resgatar a regularização ambiental das propriedades, posto que foi declarada constitucional a ampla maioria dos dispositivos de tal Lei, que teve a sua regulamentação realizada pelo Decreto nº 61.792, de 11 de janeiro de 2016.

Entretanto, a publicação do Decreto n° 64.842/20, que revogou por completo o Decreto nº 61.792/16, causou uma enorme preocupação no setor agropecuário, em razão de alguns pontos, que destacamos, entre outros:

- A garantia de aplicação do art. 68 do novo Código Florestal, matéria decisiva para a definição de vigência da lei no tempo e áreas consolidadas – o Decreto não prevê competência para resolver a questão, como no Decreto anterior, que definia a Secretaria de Agricultura como competente para a análise da ocupação do imóvel rural e do desmatamento da vegetação nativa nele existente e a dispensa de recomposição, compensação ou regeneração.

- A revisão dos termos de compromisso – o Decreto trouxe subjetividade à possibilidade de revisão, uma vez que trouxe à baila o conceito de "maior ganho ambiental e avaliação em harmonia com o desenvolvimento social e econômico", o qual não foi introduzido pelo Código Florestal, tampouco pelo PRA paulista, mas que foi incluído no caso específico do julgamento do TJSP nas hipóteses de alteração da localização da RL.

Diante do exposto, acreditamos que a participação do setor produtivo na construção de um novo texto harmônico nos termos da Lei Estadual nº 15.684/15 propiciará segurança ao campo e estímulo para que os nossos valorosos produtores rurais continuem produzindo alimentos. ■

A FORÇA DO AGRO BRASILEIRO PARA ENFRENTAR O CORONAVÍRUS



CHRISTIAN LOHBAUER

Presidente executivo da CropLife Brasil

A PANDEMIA de COVID-19 está mexendo com a rotina de bilhões de pessoas ao redor do Planeta. O SARS-CoV-2 é um vírus novo que se tornou conhecido em janeiro deste ano, quando a epidemia se espalhou pela China e, rapidamente, se alastrou pelo mundo. Sem tratamento efetivo e vacina, cientistas passaram a indicar a detecção da doença e o isolamento social como formas de desacelerar a pandemia. Mas setores como os de saúde, segurança e produção de alimentos não podem parar. O agronegócio tem que seguir trabalhando e produzindo para que não falte comida.

Para tranquilizar a sociedade, a CropLife Brasil vem monitorando de perto o que acontece na cadeia produtiva de insumos destinados à produção agrícola. Até o momento, o impacto para as empresas de defensivos químicos e biológicos, de sementes e de biotecnologia não é significativo. Não há registro, no País, de fábricas parando, falta de insumos básicos nem interrupção no fluxo de transporte.

É importante evidenciar que as empresas do setor estão tomando todas as medidas cabíveis e possíveis para garantir a segurança dos trabalhadores nas unidades industriais, de beneficiamento, de armazenamento e no campo.

A CHINA JÁ ESTÁ DE VOLTA

Também contribui para esse cenário de estabilidade a situação da China, importante fornecedora de matérias-primas, que, pelas informações fornecidas pelas empresas do setor e pela imprensa internacional, retomou a atividade industrial e a exportação de insumos.

O governo federal, por meio do Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, incluiu o agronegócio no rol dos serviços essenciais, justamente para afastar o risco de desabastecimento de alimentos, produtos de higiene – como álcool, por exemplo – e outros artigos necessários para manter o bem-estar da população.

A SAÚDE DA ECONOMIA TAMBÉM ESTÁ EM RISCO

Mesmo necessárias, as medidas adotadas para conter a pandemia de COVID-19 estão impactando de forma muito importante a economia mundial. Por isso, a possibilidade de uma recessão econômica global preocupa governantes e trabalhadores.

Nesse sentido, o papel do agronegócio também é fundamental, principalmente no Brasil, onde tal setor responde por quase 25% do Produto Interno Bruto (PIB) e gera cerca 20% dos postos de trabalho – algo em torno de 18 milhões empregos.

Estamos terminando de colher uma safra histórica, estimada em mais de 250 milhões de toneladas, que precisa sair do campo para abastecer não só os brasileiros, como outras centenas de milhões de pessoas no mundo todo.

O QUE VEM PELA FRENTE

Por conta da competência da indústria, do profissionalismo dos produtores rurais e da tecnologia disponível, o agronegócio tem potencial para ajudar a economia brasileira a se recuperar mais rapidamente dessa crise sem precedentes na história recente. O governo federal, por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Ministério da Infraestrutura (MI), afirma que está realizando todos os esforços necessários para manter o fluxo de pessoas e cargas essenciais pelas rodovias, ferrovias e hidrovias do País, além do funcionamento dos portos para a entrada de insumos e a exportação dos nossos produtos. O agronegócio vai seguir trabalhando para que não falte alimento na mesa do brasileiro. Mas é fato que, como ninguém ainda consegue prever com total segurança como o coronavírus vai se portar daqui por diante em climas e populações diferentes, novas medidas e decisões podem ser tomadas a qualquer tempo. Cabe a nós monitorar e informar a população. ■





DIÁRIO DE BORDO

DEFINIÇÕES

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e titular da Cátedra de Agronegócios da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)

DANIEL BARCELOS VARGAS*

Professor de Política Pública e coordenador de Projetos do FGV Agro

"Se não houver uma rigorosa definição do que é o agricultor familiar, de quem é pequeno, médio ou grande, as políticas públicas e as interpretações jurídicas podem gerar privilégios indevidos e injustiças flagrantes..."

EM 2014, um estudo encomendado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) mapeou 36 conceitos de 'agricultura familiar' espalhados pelo mundo. A variação desses conceitos é enorme e profunda tanto entre países, quanto entre organizações que tratam do setor rural, o que estimulou a FAO a lançar, no ano passado, o programa Década da Agricultura Familiar, que vai até 2028, período em que o tema será debatido em todos os continentes.

Aquele estudo mostrou que três critérios principais prevalecem quanto à definição de agricultura familiar: o tamanho da área trabalhada, a titularidade da propriedade (se ela pertence a uma família ou a uma corporação) e a gestão. Mas mesmo essas três condições são diferentemente consideradas mundo afora. Por exemplo, na Europa, a agricultura familiar é aquela cuja produção se destina ao consumo próprio ou, no máximo, a um pequeno comércio. Já nos Estados Unidos, uma fazenda de 10 mil hectares exportando para o mundo todo pode ser considerada familiar se pertencer a uma família.

Na América Latina, os três critérios – tamanho, titularidade e gestão – são combinados de maneira distinta e com grande complexidade dependendo do país. Assim, quanto ao tamanho, o limite da agricultura familiar varia muito: no Brasil, pode chegar a 480 hectares, dependendo da região; na Argentina, chega a 500 hectares; no Chile, a 750 hectares; e, no pequeno Uruguai, pode ir a até 1.000 hectares. No Brasil, na Argentina e no Uruguai, o agricultor familiar pode ter, no máximo, 2 empregados, enquanto, no Chile, esse número vai a 10 ou mais.

Entre muitos outros critérios, o Valor Bruto da Produção (VBP), a forma de capitalização da atividade, onde mora o proprietário e a relação com o mercado também servem para definir a agricultura familiar.

E qual é a importância disso? Há um grande debate sobre o real papel da agricultura familiar na produção geral. A Academia internacional aceita os dados que cada país define como sendo daquele segmento. Mas isso cria muita discussão.

O estudo da FAO de 2014 avaliou os dados de países e concluiu que existiam, no mundo, cerca de 500 milhões de agricultores familiares, responsáveis por 80% da produção dos alimentos. Houve a maior confusão: no ano seguinte, pesquisadores ligados a setores respeitados da Academia nacional expandiram a base de dados para 100 países, e o resultado foi que a agricultura familiar gerava 53% dos alimentos do mundo – muito diferente.

No Brasil, esse é um debate que precisa ser feito para caracterizar com clareza quais são os limites de cada classificação. Até porque, entre nós, ainda existe a classificação de pequenos, médios e grandes produtores. A questão é tão complexa que os pequenos produtores

podem ser agricultores familiares, mas nem todos os agricultores familiares são pequenos. Um pequeno (em tamanho da área) produtor de morango do Cinturão Verde de São Paulo, por exemplo, pode faturar muito mais do que um grande proprietário de pasto do Cerrado ou da Caatinga, assim como um suinocultor integrado de Santa Catarina pode ter uma gestão e uma capitalização muito superiores às de um invernista das bordas da Amazônia.

É evidente que todos são agricultores ou criadores, todos pertencem a uma mesma classe de profissionais, todos são produtores rurais, independentemente do trabalho, do faturamento e das tecnologias ou das gestões utilizadas. Mas também é verdade que demandam políticas públicas distintas, com apoio ou estímulos diferentes de acordo com seu estágio de desenvolvimento. Isso fica implícito na ideia liberal de que o Estado deve promover a igualdade de oportunidades a todos. E isso pode ser feito com políticas diferenciadas quanto à taxa de juros do crédito rural, à compra da produção da agricultura familiar para cestas básicas, à tributação, entre outros mecanismos.

A legislação e o Estado brasileiro têm tentado disciplinar essas diferenças, mas nem sempre de maneira explícita. No caso do crédito, a Resolução nº 4.666/18 do Banco Central do Brasil (BCB) divide os agricultores conforme o faturamento médio por ano: o pequeno, até R$ 415 mil; o médio, até R$ 2 milhões; e o grande, acima de R$ 2 milhões. Mas isso não vale para o crédito do agricultor familiar, que tem teto próprio de R$ 360 mil.

O emaranhado tributário é uma confusão permanente. O Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), integrado por secretários das Secretarias Estaduais da Fazenda, isenta de ICMS bens de agricultores familiares destinados à merenda escolar. Mato Grosso amplia a isenção para outros produtos. Maranhão isenta qualquer produto da agricultura familiar desde que a família tenha renda anual inferior a cem salários-mínimos. Em Goiás, não há limite. No Ceará, a isenção também aplica-se aos pequenos produtores cooperados.

A previdência, alterada recentemente, aumentou as dúvidas. As novas regras condicionam benefícios para agricultores familiares a comprovações curiosas, como informar o CPF do vizinho. Mas e se o vizinho não quiser informar? Em vez de dizer ao certo quem tem e quem não direito, a lei abre margem para burocracias e abusos. São frequentes e compreensíveis as reclamações.

Se a política e as leis deixam brechas, os tribunais não se entendem. No arrendamento rural, há juízes que consideram nula a cláusula contratual que fixa o pagamento em produtos. Outros sustentam que a nulidade só ocorre em casos de hipossuficiência do agricultor. Na lei de recuperação judicial, há magistrados que não admitem o sequestro do crédito do agricultor familiar por equipararem-no a alimento; outros entendem que são coisas diferentes. Tudo depende da cabeça do juiz.

Se não houver uma rigorosa definição do que é o agricultor familiar, de quem é pequeno, médio ou grande, as políticas públicas e as interpretações jurídicas podem gerar privilégios indevidos e injustiças flagrantes, além de manterem uma velha discussão desnecessária sobre a contribuição de cada um na produção de alimentos, tema que está fortemente inserido no papel do Brasil em busca da segurança alimentar global. ■

*O autor acaba de chegar ao FGV Agro, trazendo uma vasta bagagem em Direito e sobre governo e políticas públicas. É doutor em Direito pela Universidade de Harvard, professor de Política Pública da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP) e professor da FGV DIREITO RIO. Atuou em distintas posições no governo federal, tais como secretário das Secretarias de Desenvolvimento Sustentável e de Ações Estratégicas e ministro-chefe interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, oportunidade em que coordenou projetos de desenvolvimento regional da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste brasileiros



PRODUZIR

INTERFERÊNCIA NO AGRO DEVERIA RESPEITAR CRITÉRIOS TÉCNICOS

MARCELO LEMOS
Diretor jurídico da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

DESAFIOS DE imagem, de produtividade, de tecnologia, de sustentabilidade, de extensão rural e de segurança: são muitas e já conhecidas as barreiras que o agricultor brasileiro precisa superar para agregar valor à sua produção e conquistar espaço em mercados cada vez mais complexos e exigentes. Ultimamente, porém, um obstáculo extra tem dificultado a atividade no campo. O entrave é protagonizado por parlamentares de Assembleias Legislativas que acabam tomando decisões que ignoram critérios técnicos e democráticos. Alguns projetos aprovados revelam total falta de conexão com a realidade do nosso setor, ignorando completamente os princípios econômicos em torno de qualquer atividade produtiva.

O exemplo mais recente aconteceu em Mato Grosso, onde um grupo de parlamentares uniu-se para deslegitimar a ação movida pela SRB no Supremo Tribunal Federal (STF) que contesta a constitucionalidade do Fundo Estadual de Transporte e Habitação (FETHAB). Esse fundo, que incide sobre a comercialização de *commodities* no estado, ficou mais caro para os agricultores no ano passado, quando o governo mato-grossense ampliou a alíquota de tributação para produtos como boi, soja, algodão, milho, entre outros. Os argumentos dos deputados foram acatados, e, em março deste ano, o ministro do STF Gilmar Mendes decidiu pela falta de legitimidade ativa da SRB para ajuizar a medida, esquivando-se do mérito da questão, o qual deverá ser revisto pelo Plenário do STF.

Ora, a SRB, entidade centenária, é reconhecida nacional e internacionalmente como uma das principais organizações representativas dos produtores do agro brasileiro. Além disso, representou na ação apresentada ao Judiciário produtores rurais que se sentem pressionados pelos sucessivos aumentos da carga tributária no estado.

Nesse contexto, o mais contraditório é que, na semana anterior ao arquivamento da ação no Supremo, deputados da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (ALMT) aprovaram um Projeto de Lei (PL) que eleva o salário de servidores públicos a níveis acima do permitido pela Constituição. O "PL dos Marajás", como ficou popularmente conhecido, aumentou os rendimentos dos conselheiros, do procurador-geral, dos procuradores, dos auditores e dos técnicos instrutivos e de controle para R$ 70 mil, sem necessidade de prestação de contas.

A aprovação do PL é uma decisão desconectada com a realidade de um estado que, no ano passado, chegou a decretar situação de calamidade financeira. Mato Grosso deveria dar exemplo cortando gastos sem onerar o agro, um dos setores que mais contribuem com geração de renda e emprego no estado.

Vale destacar que episódios como o do FETHAB não estão restritos a Mato Grosso e já se espalharam por Assembleias Legislativas de todo o Brasil. Um dos efeitos desse cenário é a perda do apetite de investidores, cada vez mais desestimulados a aplicarem recursos em estados que criam obstáculos ao desenvolvimento do agronegócio. O aumento desenfreado da carga tributária também eleva os custos de produção, faz o produtor perder competitividade e prejudica toda a sociedade. Diante dos anseios atuais dos cidadãos que pedem cada vez mais por menos interferência do Estado, é urgente que os nossos representantes se alinhem à realidade do agro nacional, vetor de evolução social e econômica para a nossa sociedade. ■

Parlamentares de Assembleias Legislativas tomam decisões ignorando critérios técnicos e democráticos.

OPINIÃO

O AGRO E A PANDEMIA GLOBAL

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA

Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo



A AGRICULTURA está acostumada a efeitos imprevisíveis, como mudanças de clima, pragas e oscilações de preços. O agro é uma atividade empresarial com ciclos sazonais e que, no Brasil, consegue plantar e colher até três vezes por ano. Riscos de grande porte não são uma novidade e podem ser recuperados a médio e longo prazos.

Crises globais ou tragédias naturais, como epidemias, afetam produtos e mercados de forma diversa. Em momentos de grandes desafios e incertezas, a população repensa a sua rotina de gastos. Carros, roupas e viagens provocam gastos ocasionais e não essenciais. Despesas com educação e saúde fazem parte do grupo de serviços considerados essenciais. No entanto, em situações extremas, podem ser adiados. Somente no caso da alimentação, não existe flexibilidade quanto ao consumo; pode existir em relação aos preços, mas não quanto à necessidade de consumir. Um ser vivo precisa alimentar-se em ciclos curtos, diários.

Olhando tanto para os efeitos sobre o brasileiro, como para o potencial de produção e exportação do agro, a doença COVID-19 representa uma novidade. Com a extrema mobilidade das pessoas e a forte interdependência de processos globais de produção, estamos enfrentando três grandes desafios simultaneamente. Primeiro, as cadeias produtivas perdem ritmo na montagem de produtos, reduzem suas vendas e demitem colaboradores – trata-se do efeito macro na produção e na renda. Segundo, tem-se o comportamento das famílias: todos terão que ajustar seu orçamento familiar em face da provável redução de receitas. E, terceiro, temos o efeito da crise no curto, no médio e no longo prazos quanto aos volumes de produção, custos e preços. Apesar de ser o setor mais essencial à população, quaisquer que sejam a força, a permanência e a cobertura geográfica do novo coronavírus, teremos efeitos no agronegócio.

Mas o que interessa, neste momento, é o potencial de perdas e ganhos ainda em 2020. Após ouvir especialistas dos principais países consumidores e das regiões produtoras do mundo, espera-se o seguinte para o ecossistema agro:

- A demanda por alimentos, nomeadamente de produtos mais sofisticados e caros, tende a diminuir durante alguns meses.

- Existe uma tendência paradoxal de aumento da demanda de produtos básicos, mesmo com preços mais altos.

- Olhando para o panorama da exportação e não aprofundando o que pode acontecer com o descongelamento da guerra comercial entre os EUA e a China, podemos esperar um cenário positivo. Independentemente se o volume de produção de grãos e carnes será afetado pela falta e pelo aumento de custos de insumos importados ou por problemas logísticos, o diferencial de toneladas não vendidas será compensado por preços mais altos e, no caso do Brasil, pelo efeito do câmbio.

Neste momento de *stress*, precisamos adaptar a nossa rotina e observar as orientações das autoridades de saúde, mas, ao mesmo tempo, faça chuva ou faça sol, precisamos continuar trabalhando para alimentar o Brasil e o mundo e gerar empregos e renda. A continuidade do nosso trabalho é fundamental para darmos segurança à nossa população e confiança ao mundo. É disso que virão a autoridade e a legitimidade para afirmamos o agro brasileiro como confiável e sustentável. ■

"Apesar de ser o setor mais essencial à população, quaisquer que sejam a força, a permanência e a cobertura geográfica do novo coronavírus, teremos efeitos no agronegócio."



REFLEXÃO

O AGRO EM UM HORIZONTE DE INCERTEZAS

MARCELLO BRITO
Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

NO SÉCULO XXI, assistimos à consolidação do agronegócio brasileiro em escala global. Em importantes cadeias produtivas, o País passou a ocupar posições de liderança, seja em grãos, fibras ou carnes. Esse desempenho deve persistir de acordo com as projeções de renomadas entidades internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês). Em termos de perspectivas, essa é uma visão promissora, mas carregada de desafios e incertezas.

Nessa caminhada, há de se reconhecer o protagonismo de lideranças nacionais notáveis na criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que comemora 47 anos neste mês. Devemos mencionar, também, a contribuição dos órgãos de pesquisa e de ensino estaduais. Em síntese, não chegamos à toa nesse estágio elevado de conhecimento científico inédito de uma agricultura tropical inovadora, repleta de potencialidades.

Mesmo com o grau significativo de evolução apresentado pela agricultura mundial do ponto de vista tecnológico, tivemos, com competência, a capacidade de introduzir esse progresso de acordo com as características nacionais de solo, clima e vegetação. Não podemos, neste momento, perder o avanço na biotecnologia, na conectividade e na digitalização do campo.

Captar a dinâmica para onde caminha o ambiente de negócios sempre foi e será um passo estratégico crucial para a liderança agropecuária brasileira. As lições precisam ser aprendidas rapidamente. Desta maneira, devemos aproveitar as circunstâncias para obter resultado com o incremento das demandas do continente asiático, em especial a China. Faltou-nos, durante essa construção, a formalização de acordos bilaterais, assunto que, hoje, faz parte da pauta governamental que negocia com Europa, Coreia do Sul, Estados Unidos, entre outros.

Genericamente, nos defrontaremos, agora, com um mercado consumidor sensível e traumatizado com a pandemia causada pelo coronavírus. Podemos dizer que, quase na sua totalidade, a geração atual nunca presenciou uma situação dessa magnitude. Nesse sentido, lembremos o plano de ação montado pela Organização das Nações Unidas (ONU): a Agenda 2030, com os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Valeria a pena uma revisão desse brilhante trabalho para construirmos uma comunicação sobre a contribuição do nosso agro para o Planeta.

De maneira consensual, podemos seguir as políticas internacionais de sustentabilidade de modo a posicionarmos e orientarmos as nossas rigorosas políticas públicas ambientais. Enquanto o Brasil avançar como plataforma produtora e exportadora de alimentos competitivos, crescerá a imposição de barreiras técnicas aos produtos nacionais. Diante disso, cuidemos com carinho do fator crítico que representa a inovação tecnológica. Sem surpresa, deveremos estar alinhados, no horizonte futuro, para atender a diversidade das demandas com padrões de conformidade cada vez mais exigentes.

Então, é muito oportuno indagarmos: que mundo teremos no pós-coronavírus? Apesar de ainda ser muito cedo para sabermos, com certeza será um Planeta diferente, mais complexo e repleto de novas exigências e desafios. Certamente, quem souber ler as potencialidades desse cenário sairá na frente na corrida da recuperação e do crescimento socioeconômico. ■

"Enquanto o Brasil avançar como plataforma produtora e exportadora de alimentos competitivos, crescerá a imposição de barreiras técnicas aos produtos nacionais."

Nossos aplausos aos cooperados que, neste momento tão difícil, seguem trabalhando para **preservar nossas vidas.**



somos coop

Seguimos juntos, mesmo distantes







facebook.com/sistemaocesp

Sistema Ocesp

@sistemaocesp

SistemaOcesp
FESCOOP/SP - OCESP - SESCOOP/SP

www.ocesp.coop.br

CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO ABAG E B3



RESERVE
SUA AGENDA

3 AGOSTO 2020

SHERATON WTC
SÃO PAULO HOTEL

abag

[B]³ BRASIL BOLSA BALCÃO